

Caixa de ferramentas

Trabalhando com mulheres
refugiadas e migrantes

Realização:



Apoio:

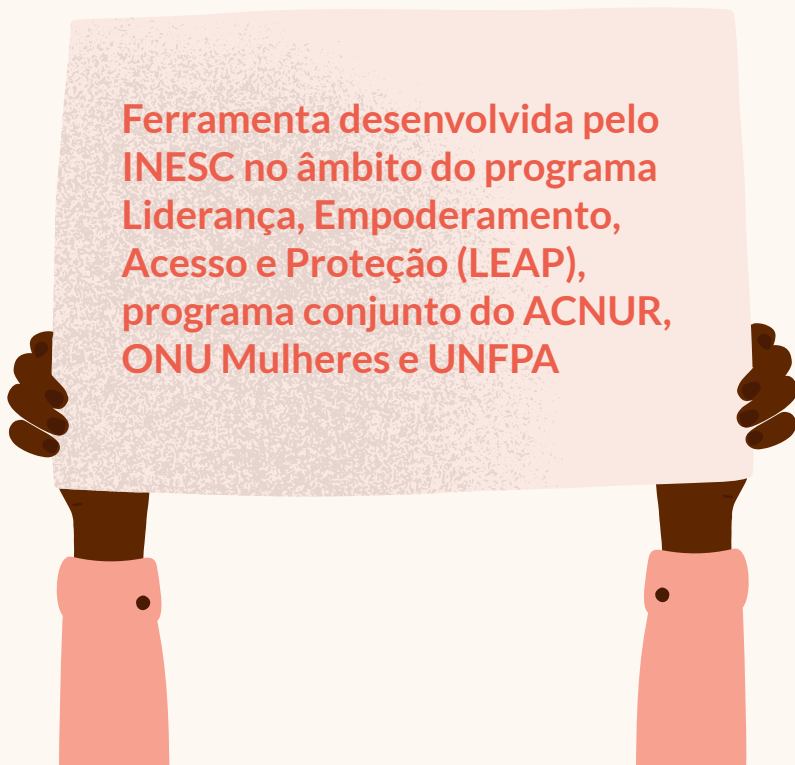
Programa Conjunto LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção
para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil





Caixa de ferramentas

Trabalhando com mulheres refugiadas e migrantes

An illustration at the bottom of the page shows two hands holding a rectangular sign. The hands are dark-skinned and are wearing light pink long-sleeved shirts. The sign is light pink with a subtle, darker pink pattern. The text on the sign is in a bold, dark red font.

Ferramenta desenvolvida pelo
INESC no âmbito do programa
Liderança, Empoderamento,
Acesso e Proteção (LEAP),
programa conjunto do ACNUR,
ONU Mulheres e UNFPA

@2021 ONU Mulheres. Todos os direitos reservados.

Esse material, Guia de Ferramentas: Trabalhando com mulheres refugiadas e migrantes, é parte do programa Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção (LEAP) para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida, um programa conjunto da ONU Mulheres com ACNUR e UNFPA, financiado pelo Governo do Grão-Ducado de Luxemburgo e desenvolvido no âmbito da parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Este material foi criado no âmbito da resposta humanitária ao fluxo misto de migração e refúgio vindo da Venezuela, com coleta de dados primários e secundários realizada com parceiros do sistema das Nações Unidas, organizações da sociedade civil, poder público de Roraima e mulheres migrantes e refugiadas.

As opiniões e análises que integram a presente obra são de responsabilidade da(s) autora(s) e/ou autor(es) e não refletem necessariamente as opiniões da ONU Mulheres e de instituições parceiras.

Fotos: Inesc/Divulgação

Índice

Sobre a caixa de ferramentas	8
Contexto: trabalhando com mulheres refugiadas e migrantes	8
Algumas palavras sobre educação popular	9
Adaptações no contexto da pandemia da Covid-19	10
 Recomendações gerais	 13
1. Transversalidade de gênero	13
2. Estereótipos de gênero	13
3. Regularização de documentos	14
4. Acompanhamento psicossocial	14
5. Conversas com familiares	15
6. Ciranda das crianças	16
7. Tradução cultural e étnica	16
8. Iniciativas com a comunidade local	17
9. Novas tecnologias	18
10. Registros fotográficos	18
 Orientações, dicas e sugestões	 19
1. Planejamento	19
2. Equipe de facilitação	21
3. Mobilização de participantes	21
4. Aberturas, apresentações e dinâmicas	22
5. Acordos e diálogos	26
6. Oficinas coringa: rodas de conversa e linha do tempo	27
7. Encerramentos e avaliação	29

Atividades por eixos

31

Segurança e Proteção

31

1. Espaços Seguros 32
2. Hubs de Empoderamento das Mulheres 37
3. Promotoras Legais Populares 40
4. O Valente Não é Violento 42
5. Kits de dignidade 44

Bem-estar econômico

46

1. Capacitação para inserção do mercado de trabalho 48
2. Grupos autogeridos de artesãs 51
3. Curso de confecção de produtos 54
4. Auxílio financeiro 55

Liderança e Participação

56

1. Creches auto-organizadas 56
2. Rodas pela autonomia 58
3. Ambiente de criação artística e relaxamento 61
4. Conversa com homens do círculo próximo e/ou familiar 64
5. Facilitadoras de diálogo 67
6. *Ciudad Portunhol* 69



A caixa de ferramentas que chega às suas mãos é fruto do trabalho realizado no período de 2018 a 2021 - quase três anos -, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, Roraima, na resposta humanitária à migração proveniente da Venezuela ao Brasil. É fruto de um esforço coletivo para divulgar possíveis ações a serem feitas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em contextos sociais de alto fluxo migratório.

As atividades descritas aqui foram parte das ações do Programa Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção (LEAP) para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil, implementado pela ONU Mulheres em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no país, pelo fim das desigualdades de gênero, empoderamento e direitos das mulheres. A caixa de ferramentas também está organizada nesses três eixos temáticos: Segurança e Proteção; Bem-estar Econômico; e Liderança e Participação.

Como resultado do programa, entre 2019 e 2020 foi possível alcançar:

- i)** 28.278 mulheres refugiadas e migrantes tiveram acesso a mecanismos de proteção e apoio;
- ii)** 9.883 mulheres refugiadas e migrantes tiveram acesso às iniciativas de empoderamento econômico;
- iii)** 4.129 mulheres tiveram suas capacidades e oportunidades aumentadas para colaborar com agentes humanitários a fim de dar forma à sua resposta humanitária.

Para além do programa LEAP, buscamos aproximar, aqui, algumas experiências bem-sucedidas das diversas instituições e organizações que atuaram na resposta humanitária brasileira nesse contexto. Nosso objetivo é que esse material sirva de

inspiração e guia para este tema, tanto para as autoridades locais, como para as organizações e movimentos atuantes nos territórios afetados. O conteúdo pode e deve ser adaptado e transformado levando em consideração as particularidades do momento e do contexto de sua realização, como é o caso do contexto da COVID-19 e as medidas de biossegurança necessárias para esse período de pandemia. Esse documento também poderá servir como apoio para organizações em outros países desenvolverem suas próprias estratégias.

Para a confecção deste material, o INESC e o NUMUR se dedicaram à avaliação e sistematização de uma variedade de experiências e ações que trazemos a seguir. Estas atividades e ferramentas poderão servir para qualificar a resposta humanitária brasileira à questão migratória relativa à dimensão de gênero. Em contextos semelhantes, essas atividades poderão ser utilizadas para diminuir as desigualdades de gênero e trabalhar para o empoderamento e os direitos das mulheres.

Uma série de encontros foi realizada, com profissionais de diferentes organizações, coletivos e mulheres refugiadas e migrantes para revisar, validar e aprimorar os conteúdos.

Optamos pela linguagem da educação popular para que este material seja mais acessível. As atividades desta caixa de ferramentas, assim como o projeto LEAP, estão divididas em três eixos:

- Segurança e Proteção
- Bem-estar econômico
- Liderança e Participação

Trazemos atividades relativas a cada temática, além de um conjunto de recomendações e orientações sobre como agir em contextos semelhantes. Esse material também contém reflexões sobre como, a partir dos princípios da educação popular, utilizar essas ferramentas.

Siglas

ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AMB | Articulação de Mulheres Brasileiras

AVSI | Associação Voluntários para o Serviço Internacional

CBI | *Cash Based Intervention*

COOFECS | Cooperativa de Empreendimentos Solidários de Boa Vista

DEAM | Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

DPE/RR | Defensoria Pública do Estado de Roraima

IASC | *Inter-agency Standing Committee*, Comitê Permanente Interagências

INESC | Instituto de Estudos Socioeconômicos

IST | Infecções sexualmente transmissíveis

LBT | Lésbicas, bissexuais e trans

LGBTQI+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Queer, Intersexuais +

NRC | *Norwegian Refugee Council*

NUMUR | Núcleo de Mulheres de Roraima

OMS | Organização Mundial da Saúde

PAISM | Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PLPs | Promotoras Legais Populares

SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

UBS | Unidade Básica de Saúde

UNFPA | Fundo de População das Nações Unidas

VGB | Violência de gênero

Sobre a caixa de ferramentas



Contexto: trabalhando com mulheres refugiadas e migrantes

O trabalho com mulheres refugiadas e migrantes é desafiador e exige um olhar sensibilizado para as questões de gênero em suas várias dimensões, a saber, socioeconômica, política, cultural e ambiental. A chegada ao Brasil acontece em situação de extrema vulnerabilidade psicossocial, e em tempos de pandemia da Covid-19 e fechamento de fronteiras, muitas vezes as mulheres se veem ainda mais esgotadas por conta das travessias realizadas por caminhos clandestinos (*trochas*, em espanhol). São quilômetros de insegurança, medo e ameaças reais até a fronteira do Brasil. Nesse percurso, vão deixando seus pertences pessoais para trás e chegam às cidades fronteiriças desprovidas do mínimo para sua subsistência. Indocumentadas, sem dominar o idioma, sem compreender os símbolos e significados culturais do novo lugar, se veem diante de situações de hostilidades, preconceitos e xenofobia.

Outras reúnem todos os recursos para pagar um transporte e, mesmo assim, se veem diante de incertezas no novo lugar. Esses deslocamentos acontecem diariamente, ampliando as migrações sul-sul. Muitas migram com pessoas sob sua responsabilidade (filhas, filhos e/ou outros familiares). Essa condição lhes impõe inúmeras adversidades, pois terão que cuidar de si e todas as pessoas do grupo familiar, pois sabemos que a maioria das mulheres continuam responsáveis pelos cuidados - a chamada economia do cuidado -, que envolve todo o trabalho reprodutivo.

Ao chegarem no Brasil, muitas mulheres vivenciam a situação de rua, sem ter onde viver e com acesso bastante restrito às

necessidades básicas, como alimentação, higiene e proteção. Aquelas que conseguem e optam por se estabelecer em abrigos, podem prover sua subsistência e dos familiares, mas ainda enfrentam obstáculos para conquistar autonomia física, econômica e financeira. É necessário um tempo para aprender o idioma, para integrar-se à sociedade local e para capacitar-se, já que muitas não conseguem trabalhar nas suas profissões, uma vez que o reconhecimento dos diplomas é demorado e têm valores elevados. Na busca de trabalho, resta para a maioria a informalidade: domésticas, diaristas, faxineiras, entre outras, cuja maioria não tem os direitos trabalhistas garantidos. As que não conseguem abrigo terminam por viver em ocupações espontâneas e espaços cedidos, espaços autogeridos pela própria comunidade de migrantes, refugiadas e refugiados, que não contam com assistência direta da resposta humanitária, apenas alguns apoios pontuais. Outras moram em vilas ou casas alugadas em condições de superlotação. Outras terminam pernoitando nas ruas, paradas de ônibus e outros lugares públicos.

As capacitações e formações desenvolvidas com essas mulheres muitas vezes podem ser interrompidas ou descontinuadas se elas conseguirem integrar programas de interiorização para outros estados do Brasil, o que vem a ser um grande desafio do trabalho humanitário. Também acontece de desistirem de participar das iniciativas por questões pessoais, muitas vezes pelas tarefas de cuidado ou necessidade de buscar recursos

econômicos. Além disso, durante a pandemia da Covid-19, e devido ao fechamento da fronteira, muitas não conseguem acessar algumas das iniciativas por conta de irregularidades em sua documentação.

Nesse contexto, é relevante pensar a partir do lema “Não deixar ninguém para trás”, contido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). São inúmeros os desafios enfrentados e superados pelas mulheres refugiadas

e migrantes. Ao mesmo tempo em que elas reconstróem suas vidas, também contribuem para a construção de uma sociedade mais diversa e plural, pois trazem consigo e compartilham conosco elementos culturais, saberes e vivências que nos permitem acreditar num mundo mais justo e humano. Acolher as e os migrantes nos fez enxergar a nós mesmos/as no “outro”, na “outra” que migra, já que em Roraima, uma cidade construída a partir de muita migração, não apenas internacional, mas também nacional, **somos todas e todos migrantes.**



Operação Acolhida

Lançada pelo governo federal em março de 2018, a Operação Acolhida é a resposta do governo brasileiro para gerenciar no país a migração venezuelana decorrente da crise humanitária no país vizinho. Com atuação concentrada no estado de Roraima, principal porta de entrada dos venezuelanos no Brasil, a operação envolve vários ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais, além de instituições da sociedade civil e internacionais, no ordenamento de fronteira (documentação, vacinação e controle de fronteira), acolhimento (oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde) e interiorização (deslocamento voluntário de Roraima para outras unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica).

Fonte:

https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf

Saiba mais:

<https://www.gov.br/acolhida/historico/>

Algumas palavras sobre educação popular

A educação popular, longe de ser apenas uma metodologia, é uma escolha pela **formação política**, e carrega em si um necessário compromisso com a transformação social. Os conhecimentos apresentados neste material foram escritos, pensados e articulados partindo da urgência de uma situação migratória que demanda, cada vez mais, a garantia de direitos. Este guia prático, então, procura ser uma ferramenta cujos conteúdos devem

ser apropriados e reelaborados como mais um **instrumento na luta por direitos.**

A educação popular considera processos educativos como projetos coletivos, que partem das vivências de cada pessoa e valorizam os saberes comunitários. Aqui, ganha destaque o processo relacional e as experiências compartilhadas, que criam conexões entre pessoas e ajuda, por meio de suas

histórias, a pensar as questões que afetam o grupo como um todo.

Nesse empreendimento coletivo, para que o processo de aprendizagem seja efetivo, é necessário **partir das situações que mobilizam as pessoas com quem se trabalha**, nesse caso, as refugiadas e migrantes. Entender quais são as questões que as afetam e transformam, para que elas também aprendam a partir de sua própria realidade. Pois, quem entende mais de suas realidades do que as mulheres que as vivem?

Desta forma, entre os princípios da educação popular está a importância de **formular as atividades junto com as participantes**, a partir de suas questões e demandas. A preocupação deve ser a de incentivar que as **mulheres sejam autônomas**. Para isso, é essencial que as organizações que se proponham a fazer esse trabalho levem

em consideração o **protagonismo** dessas mulheres, sabendo abandonar a recorrente postura de tutela.

A função das facilitadoras de um projeto é a de **organizar, facilitar, mediar e engajar**. São habilidades adquiridas com a prática, porém também é importante uma sensibilização anterior, para conduzir e interferir nas atividades de modo a **incluir** a todas ali presentes, considerando e **combatendo ativamente as discriminações e os estereótipos**. Independente do espaço físico onde as atividades serão levadas a cabo, é importante que seja criado um **ambiente acolhedor**, um espaço de segurança. As equipes precisam usar a criatividade e procurar diversas formas de aproximar os conteúdos da realidade do público, além de cumprir também outra função imprescindível, a de **alimentar as esperanças das participantes na possibilidade de transformação do mundo**.

Adaptações no contexto da pandemia da Covid-19



À emergência de saúde pública decorrente do surgimento da Covid-19 se acrescentou as dificuldades já encaradas tanto pela população refugiada e migrante da região, pelas organizações que trabalhavam na acolhida dessa população, quanto pela comunidade de acolhida. As mudanças no funcionamento dos serviços sociais, a falta de acesso aos materiais de proteção pessoal (como máscaras, sabão e álcool em gel), em muitos casos, a impossibilidade de respeitar as medidas de distanciamento, a falta de aparelhos eletrônicos, conectividade e a barreira linguística foram alguns dos problemas que se somaram ao contexto de fluxo migratório a partir do começo da pandemia, quando ocorreu redução das atividades de proteção de base comunitária, a suspensão dos cursos de português, a diminuição nas oportunidades de interiorização, dentre outros.

Com relação à saúde pública, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e hospitais ficaram lotados, não sendo possível atender a todas as pessoas de acordo com suas necessidades. No estado de Roraima, desde o início da pandemia, uma parcela expressiva da população do estado foi infectada pelo novo coronavírus. De acordo com algumas refugiadas e migrantes, as crianças venezuelanas chegam ao Brasil precisando atualizar as vacinas. Adentraram ao Brasil muitas mulheres gestantes e puérperas, que nem sempre conseguem realizar os exames pré-natais visto que o sistema de saúde está colapsado.

As experiências de epidemias passadas mostram que as mulheres costumam estar entre os grupos mais afetados, uma vez que o fechamento das escolas faz com que precisem dedicar mais tempo às tarefas

de cuidado. A diminuição das atividades econômicas recai sobretudo sobre as mulheres, que são a maioria no mercado informal, fazendo com que muitas percam suas fontes de renda. Outra questão é que, com mais tempo em casa, aumentam também os casos de violência contra elas. Essa situação é agravada com o fechamento ou adaptação para atendimento remoto de serviços de proteção, como foi o caso o Grupo Reflexivo Reconstruir, com homens perpetradores de violência contra mulheres e meninas, e os atendimentos da

Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPE/RR), respectivamente.

Para que as atividades com as mulheres e refugiadas não fossem totalmente interrompidas, foi necessário buscar formas de adaptar e substituir a presença das facilitadoras nos espaços formativos e de atividade, buscando diminuir o risco de contágio. Foi possível montar alguma estrutura nos abrigos, com telões e computadores, e organizar atividades em turmas reduzidas, sendo que instrutoras e facilitadoras conduziam os encontros online.

Por exemplo, a ONU Mulheres buscou se adaptar a esse novo contexto, com a adaptação do projeto Hubs de Empoderamento das Mulheres. Para isso, foi necessário:

1. Identificar nos abrigos e ocupações algumas possíveis **facilitadoras**: mulheres líderes com interesse em participar das ações, e que já tivessem participado das edições anteriores do projeto, ou de atividades de organizações parceiras.

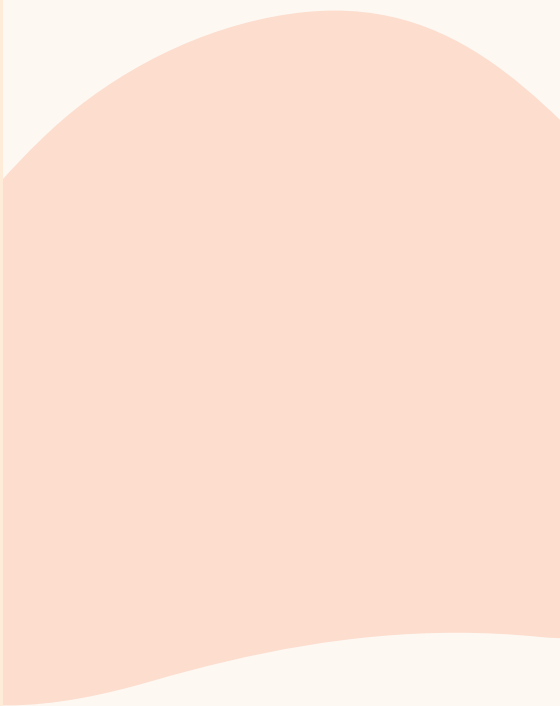
2. Estabelecer contato telefônico com elas por meio das equipes dos abrigos e das redes de contato.

3. Apresentar a organização, uma **proposta** de trabalho e as razões pelas quais a mulher estava sendo convidada a ser uma facilitadora.

4. Mapear o contexto, por meio do contato telefônico com as facilitadoras, para entender o nível de informação disponível sobre a Covid-19 e outras problemáticas em decorrência da pandemia, como foi o caso do aumento dos casos de violência doméstica nesse período. Foi traçado, por meio da aplicação de questionários:

- Um panorama geral dos conhecimentos sobre o tema na vizinhança;
- As possibilidades de adoção das medidas preventivas de acordo com a infraestrutura de cada local;
- As problemáticas que afetavam as mulheres;
- A resposta da comunidade frente às estratégias de intervenção e sensibilização feitas no local.

5. Desenvolver um guia de sensibilização e entregar para as mulheres. Esse material foi elaborado para auxiliar na prevenção da Covid-19, buscando levar em consideração as



Esse tipo de ação é interessante por colocar em prática um dos objetivos da ONU Mulheres. A ideia é que, ao incentivar a participação e liderança dessas mulheres, elas possam deixar de ser somente beneficiárias na resposta humanitária, mas também parceiras e facilitadoras das atividades.

vulnerabilidades daquele contexto. Junto com o guia de sensibilização, também foram entregues materiais de comunicação sobre os cuidados de prevenção da Covid-19, bem como cartazes com perspectiva de gênero, sobre divisão das tarefas de cuidado e prevenção da violência.

6. Por meio de chamadas telefônicas, foram organizadas **conversas com as facilitadoras sobre o material**, seu conteúdo, termos e ideias, e possíveis dúvidas. Conversou-se sobre a forma como a pandemia afeta as mulheres, com uma sensibilização sobre as necessidades particulares delas.

7. Trabalhar, com as facilitadoras, **fortalezas e debilidades** para conduzir atividades em grupo. Foram propostos exercícios e técnicas simples e individuais para fortalecer dinâmicas de trabalho e distribuição de atividades.

8. Construir, com as facilitadoras, um **plano de trabalho**, com proposta de dias da semana e horários para realização das atividades. Esse plano precisa também ser acordado, nos casos dos abrigos, com a equipe gestora do espaço (incluindo detalhes como uso do espaço, empréstimo de cadeiras e mesas etc.).

De forma progressiva, os Hubs passaram a abordar outras temáticas a partir do interesse das participantes: direitos e proteção das crianças e adolescentes, prevenção do tráfico de pessoas, prevenção da discriminação contra sobreviventes da Covid-19 e reabertura do comércio local.

As reuniões dos projetos aconteceram em diferentes locais com a facilitação das mulheres líderes. Após a realização de cada encontro, foi feito um balanço da atividade com as facilitadoras e das participantes. As atividades contaram com a participação de, no máximo, sete pessoas.

Também ao buscar formas de agir durante a pandemia de Covid-19, foi lançada a Campanha **E-manas**, de solidariedade entre mulheres - *manas* - na cidade de Boa Vista/RR, organizada pelo Núcleo de Mulheres de Roraima - NUMUR, com apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). O objetivo da campanha era criar o fundo E-MANAS de solidariedade e sororidade, para apoiar mulheres com materiais de higiene pessoal, limpeza e com alimentos. Além da comunidade de acolhida, muitas venezuelanas residentes da cidade foram contempladas, uma vez que se encontravam desempregadas ou no mercado informal, em situação de extrema vulnerabilidade.



Recomendações gerais

Durante a avaliação das atividades realizadas com a comunidade refugiada e migrante, uma série de questões importantes surgiram. São lições aprendidas com a experiência prática, e que vale uma atenção especial da parte das organizações que forem trabalhar em contextos semelhantes.

1. Transversalidade de gênero

A transversalidade de gênero é uma forma de garantir que, quando organizadas ações, programas e políticas públicas, sempre levem em consideração as desigualdades de gênero, em todas as suas etapas, do planejamento, passando pela execução até a avaliação, trabalhando também para o empoderamento e os direitos das mulheres.

É uma forma de inserir propostas específicas de redução das desigualdades nas mais diferentes áreas.

2. Estereótipos de gênero

Uma vez que parte do trabalho humanitário com as refugiadas e migrantes é apoiá-las para que possam superar desigualdades próprias das sociedades patriarcais, é importante que as organizações analisem as próprias ações também com esse cuidado de não reforçar o que a sociedade entende como “papel dos homens” e “papel das mulheres”.

Para evitar o uso de estereótipos de gênero, é importante entender o conceito.

Homens e mulheres deveriam trabalhar apenas em algumas funções? Precisam se comportar de formas consideradas “corretas” para aquele gênero? Como nossas atividades podem ajudar a quebrar essas barreiras?



“Estereótipos são ideias pré-concebidas dos papéis sociais denominados femininos ou masculinos e das crenças sobre o que as mulheres e os homens devem ser ou fazer. Essas ideias profundamente arraigadas em nossas culturas são a base da desigualdade de gênero, da discriminação das mulheres e, consequentemente, da violência exercida contra elas.”

Fonte: ONU Mulheres

Essa animação da ONU Mulheres pode ser usada para incentivar essa reflexão:

https://www.youtube.com/watch?v=ZCGL-C-vziRc&list=RDCMUUCGR1V_7oZrWw7C-3c6451AtQ&start_radio=1&t=1

3. Regularização de documentos

Várias organizações trabalham no apoio às refugiadas e migrantes para obter a regularização da migração. Este é um ponto central para a integração e possibilidade de desenvolvimento econômico, e um passo fundamental para a saída das piores zonas de vulnerabilidade, pois a documentação permite acessar com mais facilidades os equipamentos sociais (saúde, educação, assistência social), os serviços de qualificação profissional e o mercado de trabalho. São ações que promovem segurança e possibilidades concretas para as migrantes viverem dignamente.

Com o fechamento da fronteira, alguns serviços de regularização de documentos ficaram restritos, o que faz com que as mulheres refugiadas e migrantes não consigam acessar direitos básicos, como o trabalho formal ou a educação.

4. Acompanhamento psicossocial

Pessoas refugiadas e migrantes possuem muita história em suas bagagens, diversas vezes histórias difíceis e traumas. A assistência humanitária é muito importante para recebê-las e ajudá-las. No entanto, um acompanhamento psicossocial desses casos sem uma preparação prévia pode causar **danos não intencionais**, agravando o quadro de fragilidade diante do que estão vivenciando. Para tratar de questões delicadas e muito específicas, pelas condições de vida presentes e pelas experiências passadas dessas pessoas, trazemos algumas questões dessas experiências:

- Um apoio psicossocial cuidadoso requer uma **colaboração entre diversos atores da resposta humanitária**. É importante que as organizações trabalhem juntas, com base em conhecimentos técnicos, seguindo orientações de guias e protocolos feitos por grupos que já possuem essa experiência prévia.
- Em várias situações, é possível que agentes humanitários não especializados possam atuar. No entanto, há uma lista de situações que requerem intervenções clínicas e que devem ser **realizadas apenas por profissionais de saúde mental que conheçam os protocolos e fluxos de encaminhamentos de atenção psicossocial em situações de emergência humanitária**.

Sugestões

Nas capacitações é interessante usar exemplos sobre profissões que não reforcem a ideia de homem como chefe e mulher como subordinada. No ciclo de capacitação com os instrutores e as instrutoras do SENAC, contado na página 48, os exemplos foram usados para romper alguns estereótipos como a da mulher refugiada e migrante como empregada doméstica e o do homem chefe da empresa.

Também podem ser organizadas atividades de autocuidado para mulheres que não envolvam somente o aspecto estético, como oficinas de maquiagem e autoestima. Na página 61, trazemos o exemplo do Ateliê Elas no Mundo, que trabalhou com oficinas de Escrita Criativa como forma de atenção e fortalecimento de si.

Para qualificar esse acompanhamento, **há muitos materiais especializados no assunto:**

Diretrizes do Comitê Permanente Interagências (IASC) sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Emergências Humanitárias:

https://interagencystandingcommittee.org/system/files/iasc_mhpss_guidelines_portuguese.pdf

Orientações do IASC sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Situações de Emergência - GUIA PARA UTILIZAR NO TERRENO (para utilizar como apoio do documento anterior)

https://www.ces.uc.pt/centrodetrauma/documentos/Guia%20IASC_PT.pdf

Primera ayuda psicológica: Guía para trabajadores de campo (em espanhol):

https://www.who.int/mental_health/publications/guide_field_workers/es/

Considerações operacionais para programas multissetoriais de saúde mental e apoio psicossocial durante a pandemia de Covid-19, do IASC:

[https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2020-09/IASC%20Guidance%20on%20Operational%20considerations%20for%20Multisectoral%20MHPSS%20Programmes%20during%20the%20COVID-19%20Pandemic%20\(Portuguese\).pdf](https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2020-09/IASC%20Guidance%20on%20Operational%20considerations%20for%20Multisectoral%20MHPSS%20Programmes%20during%20the%20COVID-19%20Pandemic%20(Portuguese).pdf)

Manual - Ajuda e suporte mútuos em saúde mental

<https://nesp.unb.br/obsam/wp-content/uploads/2018/09/Manual-de-ajuda-e-suporte-m%C3%AAtuos-em-sa%C3%BAde-mental2013.pdf>

5. Conversas com familiares

Constatou-se que as ações humanitárias voltada às mulheres refugiadas e migrantes têm mais êxito quando é incluído trabalho também com seus familiares, sobretudo com os homens. Uma vez que elas estejam habilitadas a receberem auxílios econômicos, conseguirem empregos ou abrir seus próprios negócios, eles podem apresentar reações diversas, muitas vezes negativas, ao verem a possibilidade de não serem mais os principais provedores do núcleo familiar.

É central, então, um trabalho de sensibilização deles, para que entendam a importância da autonomia feminina e da igualdade de oportunidades.



Diante de reações negativas dos maridos, companheiros e namorados, as mulheres podem sequer começar a participar das atividades, ou abandonar um curso ou formação sem concluí-lo.

Elas não só podem deixar de participar, como há possibilidade de ficarem em perigo, como o risco de sofrer violência por parte deles. Entre as medidas de mitigação desse risco, está o envolvimento dos homens no empoderamento de suas parceiras.

Na página 64, está descrita a atividade formulada pela ONU Mulheres dentro do projeto Vamos Juntas para trabalhar de forma coletiva, com homens e mulheres, formas para que eles apoiem o crescimento delas.

6. Círculo das crianças

É essencial que todas as atividades de formação feitas nesse contexto contem com um **espaço planejado para as crianças**. Sem que uma pessoa específica fique responsável pelas crianças, as possibilidades de **participação das mulheres**, principalmente das mães solo, **diminui consideravelmente**. Na página 56, trazemos o exemplo da creche auto-organizada, uma iniciativa que pode ser replicada tanto em momentos de capacitação quanto em momentos em que as mulheres precisem sair para trabalhar ou resolver questões burocráticas.



7. Tradução cultural e étnica

A população migrante é diversa, contando com grupos de populações negra e indígena. As mulheres desses grupos enfrentam mais uma barreira, que é o racismo. É importante que as iniciativas que buscam empoderar as mulheres refugiadas e migrantes considerem a diversidade étnica e cultural como mais um desafio nos processos de empoderamento e diminuição das desigualdades. Além de mulheres vindas da Venezuela, há também pessoas de nacionalidade haitiana, colombiana e cubana.

Em tais contextos, é interessante a incorporação de um ou uma intérprete cultural, ou uma facilitadora ou facilitador que possa trabalhar **para além das diferenças linguísticas**, ainda que **também na própria tradução**, no caso de atividades com pessoas que falem idiomas diferentes. Em quaisquer atividades, recomenda-se que sejam pessoas fluentes na língua em que se realizam os encontros ou que seja garantida a presença de uma pessoa da comunidade que possa fazer a tradução.

Mas, para além da tradução, uma ou um intérprete pode fazer **mediações** e acompanhamento em diversas atividades, inclusive no acesso aos serviços públicos. É importante buscar alguém que saiba como

A migração indígena proveniente da Venezuela é formada principalmente por pessoas das etnias Warao, Pemon, Kariña e E'ñepa. São povos que valorizam o artesanato, e sua produção faz parte de sua cultura, sua identidade e sua ligação com o território. As ações com as populações indígenas devem pensar em suas especificidades culturais e ativamente fortalecer a comunicação interna e a manutenção dos laços sociais. Há, entre outras, iniciativas de criação de rádios e jornais comunitários.

as coisas funcionavam nos contextos de origem de onde as refugiadas e migrantes vieram. Pode ser, até mesmo, alguma mulher do grupo que tenha esses conhecimentos.

Assim como em outros tipos de participação, se pontua a necessidade de oferecer auxílio econômico ou benefícios de outro tipo para facilitadoras, facilitadores, tradutoras e intérpretes, tanto para facilitar sua permanência no projeto quanto para valorizar o trabalho feminino.

Nas rodas de conversa sobre saúde com as mulheres da etnia Warao foi considerado positivo ter algumas representantes da própria comunidade auxiliando em todos os momentos, sobretudo para as participantes mais velhas.

O ACNUR promoveu diagnósticos participativos levando em conta as sensibilidades culturais desses povos, a partir de uma metodologia que usa ferramentas de comunicação gráfica e cartografia social para mediar os diálogos e debates. As ferramentas auxiliam no aprofundamento de questões sensíveis e emocionais que não aparecem em diálogos comuns e na elaboração de mapas para pensar na relação das populações com os territórios que ocupam. Foram atividades para explorar lugares de referência, espaços seguros e aqueles identificados como perigosos. Por meio do mapeamento social, os grupos puderam entender os riscos e os melhores caminhos para circularem

8. Iniciativas com a comunidade local

A partir da noção de que a migração é uma parte importante da história social e também um direito humano, é necessário que as reflexões e os acúmulos de organizações que tratam especificamente sobre esse tema sejam socializados com a comunidade que receberá refugiadas e migrantes.

A aproximação da população local com a realidade das venezuelanas é essencial para evitar que se reproduza a **xenofobia** e discriminação, tão comuns nessas situações.

Comunidade de acolhida

Para pensar na comunidade de acolhida, é recomendado incluir ações voltadas tanto para a integração entre locais e migrantes, incluindo principalmente a população já vulnerável da região, que também tenha maior necessidade de acessar serviços e direitos.

No âmbito do projeto Facilitadoras de Diálogo (descrito na página 67), foi constatado que o trabalho com mulheres refugiadas e migrantes em Boa Vista abriu a possibilidade para o desenvolvimento de estratégias que podem beneficiar tanto a população migrante quanto a comunidade local. Temas como a violência de gênero e a convivência pacífica podem ser trabalhados em situações em que haja um contato mais próximo entre refugiadas e migrantes e a comunidade na qual residem.

Serviços públicos

Sobre as instituições públicas, para evitar que a recepção de refugiadas e migrantes se traduza em mais violação de direitos, é central um

O QUE É XENOFOBIA?

“É o sentimento de aversão, desconfiança, medo, antipatia, rejeição em relação ao estrangeiro, ao que vem de outro país, ao que vem de fora. O sentimento de xenofobia se manifesta em atitudes discriminatórias e, muitas vezes, violentas, tanto verbais como físicas e psicológicas contra migrantes. Abordagens xenófobas também podem ser encontradas em políticas adotadas por países que buscam restringir fluxos migratórios.”

Fonte: Cartilha Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), MigraMundo e Ficas, com apoio do ACNUR E AVINA

https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf

trabalho de sensibilização desses atores, tanto nos serviços de saúde, assistência social, segurança (policial e militares), justiça, quanto nas organizações que buscam auxiliar na resposta humanitária.

Nesse ponto, é essencial ressaltar que o apoio institucional é fundamental para muitos projetos, para aproveitar as diferentes experiências e promover a aproximação entre as participantes e as instituições públicas. No contexto da pandemia da Covid-19, foram essenciais parcerias entre organizações diversas, entre elas organizações das Nações Unidas, organizações da sociedade civil e o próprio poder público, aproveitando a capacidade operativa e logística estruturada de algumas delas. O trabalho humanitário é fortalecido quando há esforços coordenados entre os diferentes setores.

➤ O ACNUR e o UNFPA, em parceria com poder público do estado de Roraima, realizaram um ciclo formativo com os profissionais do sistema de segurança, de justiça e da rede sócio-assistencial que atuavam na linha de frente no enfrentamento à violência contra a mulher e no acolhimento das sobreviventes e seus filhos e filhas. A formação foi feita em todos os 15 municípios do estado, com o objetivo de qualificar os e as profissionais dessa rede para fortalecer a intervenção de qualidade nos casos de violência de gênero. A formação serviu, além disso, para estimular a discussão de temas como migração e refúgio nesses âmbitos.

9. Novas tecnologias

Para não interromper os projetos com as mulheres refugiadas e migrantes no contexto da pandemia da Covid-19, é fundamental pensar no papel das tecnologias comunicacionais que temos disponíveis. As organizações precisam buscar formas de contornar as restrições de acesso da população migrante e, quando possível, adaptar atividades e realizar encontros aproveitando as possibilidades tecnológicas.

As parcerias são essenciais para que populações vulneráveis possam ter acesso, possam se familiarizar com as novas tecnologias e desenvolver habilidades para usos dessas ferramentas além da recreação.

10. Autorização das participantes para os registros fotográficos

Para não interromper os projetos com as mulheres refugiadas e migrantes no contexto da pandemia da Covid-19, é fundamental pensar no papel das tecnologias comunicacionais que temos disponíveis. As organizações precisam buscar formas de contornar as restrições de acesso da população migrante e, quando possível, adaptar atividades e realizar encontros aproveitando as possibilidades tecnológicas.

As parcerias são essenciais para que populações vulneráveis possam ter acesso, possam se familiarizar com as novas tecnologias e desenvolver habilidades para usos dessas ferramentas além da recreação.

Orientações, dicas e sugestões

Aqui trazemos sugestões sobre questões importantes a serem consideradas na organização de atividades. Mais uma vez, são orientações baseadas em experiências práticas, e foram trazidas aqui com o intuito de facilitar o planejamento e execução de projetos.

1. Planejamento

Mapeamento de necessidades

Já foi ressaltada a importância de que sejam trabalhados, nesses cenários, **assuntos e conteúdos relevantes para as participantes**. Para decidir quais são esses conteúdos, é importante a realização de um **mapeamento de necessidades** das participantes. Esse mapeamento pode ser feito em grupo, com as participantes dando suas opiniões e, para complementar, elas podem escrever, individualmente, quais temas deveriam ser abordados. É importante que seja garantido o anonimato para evitar constrangimentos, uma vez que podem surgir temas sensíveis.

- Assim como se podem identificar temáticas (como direitos trabalhistas, solidariedade entre mulheres, entre outros), pode-se identificar aí também a **necessidade de serviços e assistência**.
- Essa etapa pode ainda servir para **mapear lideranças comunitárias**, o que será central para criar uma equipe local de apoio e mobilização, com o estabelecimento de **pontos focais**. Caso o projeto se realize em um abrigo, a gestão do espaço também deve participar desse levantamento, sugerindo temáticas não citadas pelas participantes.

Além do mapeamento, podem ser usados **questionários iniciais e finais** que permitam conhecer melhor a percepção e informação das participantes sobre alguns assuntos, como: o que é a igualdade de gênero, empoderamento das mulheres, situações cotidianas de estereótipos e desigualdades entre os homens e as mulheres. São questionários preenchidos de forma individual e anônima. Em casos em que seja necessária uma assistência para o preenchimento, a facilitadora



Ao final de 2019, em um mapeamento feito pela ONU Mulheres com as mulheres venezuelanas residentes de três abrigos de Boa Vista, constatou-se que a demanda por atividades para melhorar o convívio nos abrigos. Havia problemas de convivência e queixas sobre desentendimentos motivados por pequenas questões. Daí foi elaborado o projeto Facilitadoras de diálogo, que está descrito na página 67.

Na página 38, mostramos como a ONU Mulheres utiliza os questionários baseline e endline, ou questionários iniciais e finais como ferramenta de avaliação e acompanhamento das ações.

pode prestar esse apoio individualmente. O mesmo questionário é aplicado no início e no fim do projeto, e seus resultados devem ser comparados para poder identificar se houve e quais foram as mudanças na percepção dos temas.

Objetivos

Podemos pensar em dois princípios para nortear um **planejamento de atividades**: a **intencionalidade e a transparência**. Ou seja, é importante pensar em objetivos explícitos para cada atividade. Além disso, as participantes precisam ter clareza do que se pretende. É fundamental que o cronograma, os objetivos de cada projeto e de cada atividade sejam compartilhados, de forma que os objetivos sejam construídos de forma coletiva, com o cuidado para não gerar expectativas que não serão alcançadas.

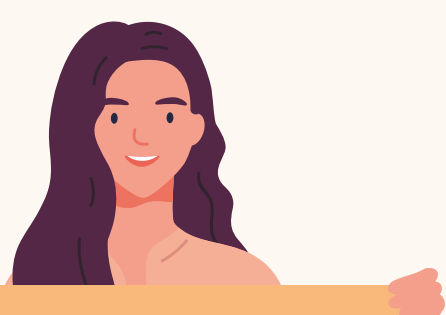
Cronogramas e programação

Uma vez que já temos as necessidades e os objetivos definidos, é necessário entender **quanto tempo temos disponível para as atividades, em quais locais elas serão levadas a cabo, e quais recursos humanos e materiais serão necessários**.

A partir do tempo disponível, poderemos montar uma grade detalhada sobre quais serão exatamente as atividades e quem ficará responsável por cada parte da atividade. Essa parte do planejamento envolve incluir as convidadas para definir os dias e horários possíveis. Incluir as mulheres na parte do planejamento diminui as possibilidades de ter que fazer muitos ajustes no caminho, já que, a priori, as agendas cotidianas de todas e a disponibilidade do grupo estarão sendo contempladas.

Nessa etapa, é muito importante verificar com as participantes quais são os **melhores horários para as atividades**, pois elas só poderão participar se os projetos não interferirem em suas tarefas cotidianas. Muitas vezes, os horários noturnos são mais práticos, porém, se houver necessidade de deslocamento para o local da atividade, mais uma vez será essencial que o **planejamento contemple formas para que elas se desloquem com segurança**.

É interessante sempre que a **programação possa ser flexível**: mesmo quando as atividades planejadas estão bem sintonizadas com os objetivos, algumas vezes será necessário fazer adaptações durante o percurso do projeto, para buscar formas mais interessantes de atingir os objetivos desejados.



No âmbito do projeto Hubs de Empoderamento das Mulheres, descrito na página 37, percebeu-se que, apesar da necessidade de garantir um ambiente de conforto e privacidade, condição que nem sempre é possível em abrigos ou ocupações espontâneas, tão importante quanto o isolamento físico na hora do encontro é a criação de um ambiente de relação de confiança entre as participantes e as facilitadoras. Esse se mostra como mais um desafio para as adaptações virtuais das atividades durante a pandemia da COVID-19.

2. Equipe de facilitação

Para organizar uma atividade, não é necessário ser especialista, e muitas das habilidades esperadas de facilitadores e facilitadoras podem ser desenvolvidas pela experiência prática. No entanto, é importante que quem se dispuser a ser facilitador ou facilitadora saiba ou tenha a disposição de aprender a **falar em público** e **ter capacidade de escuta**. O papel das pessoas que integram uma equipe de facilitação não é dar conselhos nem prestar apoio psicológico, mas desenvolver sensibilidade para conversar e perceber situações delicadas, entendendo o momento inclusive de encaminhar uma pessoa para serviços especializados.

As facilitadoras e os facilitadores devem ter interesse em questões sociais e estruturais, como questões de gênero e raça, e saber buscar parcerias e convidados e convidadas que saibam tratar de assuntos mais específicos.

É importante, sobretudo, que essa equipe tenha em conta a **capacidade de ser flexível**, uma vez que os planos podem precisar mudar no último momento, caso um grupo considere falar sobre outros assuntos que não os planejados.

A equipe facilitadora deve sempre avaliar se uma atividade necessita ser conduzida só por mulheres ou só por homens. Se não fizer diferença, é importante que seja pensada sempre em uma participação, no mínimo, igualitária.

3. Mobilização de participantes

Em abrigos, para divulgar uma atividade é importante o uso de diversos recursos: cartazes, anúncios no momento das refeições e em outros momentos coletivos, chamado porta-a-porta, convites feitos pelas lideranças, conversa explicando a atividade para as mulheres que estão próximas do local de realização, convite reforçado meia hora antes da atividade para quem estiver no espaço.

Caso a atividade seja realizada em outro local distante de onde vivam as participantes, deve-se providenciar transporte para que possam chegar no lugar escolhido, uma vez que a dificuldade de se locomover por questões financeiras e por falta de familiaridade com os espaços da cidade pode desestimular a participação de várias delas.

No âmbito do projeto Hubs de Empoderamento das Mulheres, um mecanismo utilizado para aumentar a participação nos grupos com mulheres indígenas foi convidar mulheres idosas reconhecidas pela comunidade por serem detentoras de conhecimentos tradicionais específicos para falarem de diferentes temas. A iniciativa ajudou a fortalecer a participação comunitária e criar ambientes de confiança, além de estimular a participação das mulheres idosas, por vezes marginalizadas de outras iniciativas.

Uma vez que o projeto incorpora como facilitadoras as beneficiárias, é importante que seja oferecido auxílio econômico ou benefícios de outro tipo a elas, tanto para facilitar a permanência no projeto quanto para valorizar o trabalho das mulheres, na perspectiva do empoderamento econômico.

4. Aberturas, apresentações e dinâmicas

Marcar os momentos do começo e fim dos encontros é um recurso interessante para ajudar as participantes a entrar no clima da atividade e permanecer concentradas.

Para isso, é recomendável programar dinâmicas de abertura ou de aquecimento e organizar o momento do encerramento. As dinâmicas servem para facilitar a identificação e reconhecimento entre as participantes, **criar laços em um grupo, para fortalecer os vínculos e o sentimento de pertencimento**. Servem também para criar um clima agradável e um ambiente de acolhimento, afinidade e solidariedade. Podem ser, antes das apresentações, a leitura de um texto ou poema, ou que todas ouçam uma música juntas prestando atenção à letra, um exercício de respiração ou ainda um jogo rápido.

As dinâmicas de abertura são importantes para aproximar as pessoas e fazer com que elas interajam, e para **quebrar o gelo**, já que as participantes podem ter vergonha, timidez, falta de intimidade, dificuldade com o idioma, ou divergências entre elas. Pode ser feito junto com a apresentação das participantes, ou logo antes de todas se apresentarem.

Ainda nos primeiros momentos da atividade, é muito importante que seja realizada uma **rodada de apresentações**. As facilitadoras devem falar sobre si e explicar qual é o seu papel ali. É importante que elas declarem que estão lá para **construir coletivamente** e não impor um conteúdo de uma agenda própria, desconectada do interesse das participantes. Para que a apresentação seja mais dinâmica, as facilitadoras podem sugerir algum jogo no qual as participantes falem seus nomes e outras informações. Trazemos em seguida algumas sugestões para isso.

Após as apresentações, o ideal é que as facilitadoras **apresentem o cronograma do encontro**. Neste momento, é importante explicar qual será cada atividade ou oficina e pedir sugestões de mudanças. Também é interessante sugerir a divisão de algumas tarefas com o próprio grupo. Por exemplo, as aberturas dos encontros seguintes podem ser feitas por alguma participante, ou por uma dupla. É um momento também para perguntar referências relativas ao assunto que se está tratando, como textos, músicas, poemas, caso alguém lembre durante a oficina, para que se construa um material interessante ao final.



Nesse momento, também é possível fazer uma **rodada de expectativas**, na qual cada uma escreve ou fala o que espera para aquele encontro, ou com qual sentimento a participante chega. Ao final, pode-se fazer mais uma rodada sobre quais são os sentimentos do final do dia ou quais conhecimentos foram adquiridos. Essa é uma ferramenta que também pode ajudar na avaliação final.

Já as dinâmicas de encerramento servem para **consolidar o aprendizado**, reforçar os laços e **celebrar o momento compartilhado**.

Apresentações

*Algo de si

As participantes podem ser convidadas a apresentar algo quando chega sua vez, como um desenho feito na hora, um sentimento, uma palavra que tenha a primeira letra do seu nome.

*Teia

As participantes, em pé, ficarão em roda. Será entregue um novelo de lã ou barbante a uma delas e solicitado que se apresente, dizendo seu nome, o que precisa no momento e o que oferece para o grupo. Depois disso, ela deve jogar o novelo para outra que esteja do outro lado do círculo, enquanto segura a extremidade do fio. A próxima mulher agora se apresenta do mesmo modo e joga o novelo enquanto segura a parte do fio que ela tem. A ação continua até todas se apresentarem. Ao final, todas estarão interligadas como se fosse uma teia. As participantes devem, então, cuidadosamente, abaixar o emaranhado até o chão. Essa apresentação serve para reforçar que estamos conectadas e falar sobre a necessidade de união entre as mulheres, trazendo pontos que temos em comum.

Dinâmicas de abertura

*Antes de cada atividade ou encontro, outras dinâmicas podem servir para marcar o início daquele momento. Podem ser dinâmicas que trazem algo de autorreflexão e avaliação, ou podem acolher, celebrar o encontro, fortalecer os laços do grupo e buscar outras formas de sensibilização, artísticas ou corporais. Além disso, sempre é interessante começar os encontros com a **memória** do que foi feito no encontro anterior.*

Durante o período da pandemia da Covid-19, é preciso ter um cuidado especial ao escolher as dinâmicas de abertura, respeitando sempre as medidas de biossegurança preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).



→ O INESC, durante o projeto Políticas Públicas de Roraima, Ciclo Orçamentário e Participação Popular, página 69, organizou um momento inicial de apresentação da seguinte forma: em duplas, todas compartilhavam um pouco de suas histórias e coisas que gostavam de fazer, procurando o que tinham em comum. Em um segundo momento, cada pessoa tinha que apresentar sua dupla e os pontos em comuns que haviam encontrado. O restante do grupo, acompanhando a apresentação, se juntava à dupla quando também se identificava com os pontos apresentados. A ideia do encontro era mostrar como, apesar das diferentes trajetórias e origens, várias possuíam muitas coisas em comum. A proposta da apresentação era também a tônica que quiseram dar para o encontro: perceber como os desejos, sonhos e demandas de migrantes e brasileiras muitas vezes se encontram, o que mostra como são necessárias alianças para a ação política.

* Memória

Em roda, solicitar para cada uma relatar o que lembra do encontro anterior, até acabar a roda ou o relato do processo. O objetivo é criar uma memória e refrescar o que já avançou até ali. É interessante que a memória fique registrada em algum lugar visível.

* Caracol

Pedir para as participantes pensarem em:

- “o que você traz para a formação”;
- “o que você quer levar”.

Escrever cada uma dessas ideias em uma tarjeta, que deverão ser colocadas em um “caracol” feito de linha no chão ou na parede:

- de fora para o centro (o que é trazido);
- de centro para fora (o que é levado).

Essa atividade pode ajudar também para as avaliações finais.

* Balão

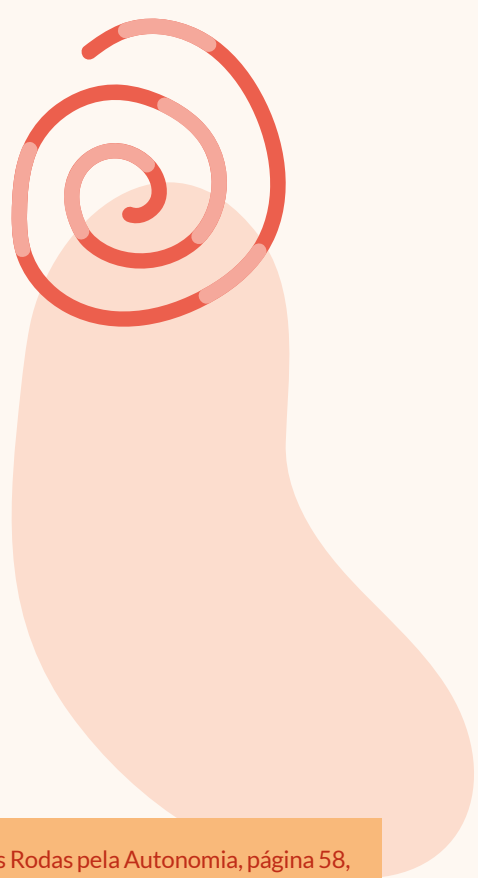
Em uma sensibilização sobre questões de gênero, por exemplo, se o tema é violência contra a mulher, pode-se distribuir balões vazios para as participantes e pedir que elas contem coisas que os parceiros fazem que elas não gostam. Cada vez que elas ouvirem algo que as magoa, devem soprar, de forma que encham até que o balão estoure.

* Canudos

São entregues 5 canudos, preferencialmente de papel, para cada participante, que devem construir algo com eles. Em seguida, em grupos de 3 pessoas, elas devem juntar suas criações em um só objeto. Depois, em grupos de 6 pessoas com o mesmo comando, e assim prosseguir até ser feito um objeto com as criações de todas. Para finalizar, fazer uma reflexão sobre o que foi construído coletivamente, e como todas chegaram em um consenso, se em algum momento alguma queria construir uma coisa e outra queria construir outra. É uma atividade para cultivar a paciência e o cuidado com o tempo da outra e compreender que as relações produzem interações imprevisíveis. Podem também ser usados palitos de sorvete ou ainda canudos biodegradáveis, para levar a questão ambiental em consideração.

* Dinâmica do balão

Cada participante recebe um balão, e a facilitadora diz que ganharia o jogo quem mantivesse o balão intacto. Provavelmente, elas vão tentar estourar os balões das demais, o que serve para a reflexão, ao fim do exercício: ninguém disse que era necessário estourar o balão da outra para ganhar o jogo, então por que foi isso o que ocorreu? A finalização deve ser feita levantando que muitas vezes os direitos são tratados assim, como se houvesse



Nos projetos Rodas pela Autonomia, página 58, e PLPs, página 40, as organizadoras programaram momentos de “chegança”, com ambientação do espaço e músicas. Em um dos encontros, a acolhida das participantes foi realizada com uma roda de valorização da natureza, uma reflexão sobre a Mãe Terra. Ao som de uma canção sobre o tema, as participantes foram convidadas a fazer uma ciranda e no círculo celebrou-se as boas-vindas de cada uma e ao dia de atividade.

uma competição, como se alguém tivesse que perder para que outra ganhe. E se pensássemos o contrário?

✧ Alongamento

Se na atividade as participantes forem passar muito tempo sentadas, a facilitadora pode sugerir uma roda para um alongamento simples (todas se levantem, alonguem os braços, soltem o corpo para frente para encostar a mão no chão, se for possível, balançar para os lados para soltar o quadril etc.). Também pode-se sugerir que cada pessoa proponha um movimento diferente e as outras copiem. Esta atividade pode ser feita depois do almoço, quando geralmente as pessoas demoram um pouco mais para se concentrar. A facilitadora deve ter cuidado para não sugerir nenhum movimento brusco, para que ninguém se machuque.

✧ Nó humano

Esse exercício é interessante para pensar soluções coletivas para os problemas e reafirmar a possibilidade de ação diante de contextos difíceis. A facilitadora deve chamar as participantes para ficarem de pé, em roda. Ali, deve relembrar as dificuldades abordadas nos encontros, ou pedir para as participantes lembrarem. Todas são chamadas a se juntarem em um círculo bem pequeno e a colocar as mãos para frente: as mãos têm que ser dadas para duas pessoas diferentes, que não estejam do lado uma da outra. As mãos ficarão emboladas e é importante que olhemos atentamente para o tamanho do problema que temos diante de nós. O desafio é desfazer a emboiação sem soltar as mãos. As educadoras orientam para que a atividade funcione com todo o grupo dialogando e pensando junto os movimentos a serem feitos. Quando o nó estiver desfeito, fechar a dinâmica com uma fala sobre como a conjuntura que enfrentamos é complicada como este nó que foi desfeito. Diante desta situação, o que podemos fazer?

História das mãos

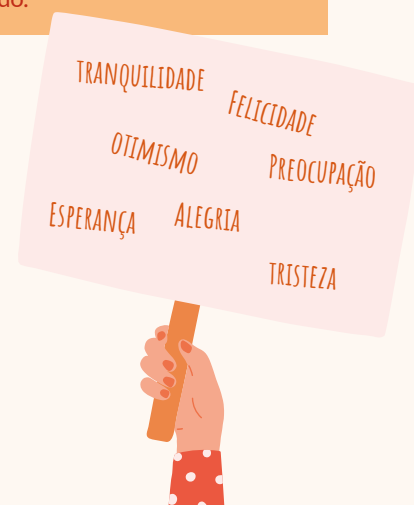
Durante o projeto das PLPs, na dinâmica História das mãos, pedia-se que as mulheres olhassem suas mãos para observar sua força, o que elas haviam tocado, sentido, realizado e como foram cuidadas. Elas então tinham que desenhar suas mãos em folhas de papel A4 e escrever ou desenhar algo que representasse suas histórias. Após, foram divididas em três grupos de mulheres:

Grupo 01: ficou responsável por cochichar entre si e perceber entre elas quais histórias tinham em comum;

Grupo 02: partindo do trabalho que suas mãos realizaram, deveriam apontar quais trabalhos seriam mais valorizados;

Grupo 03: deveriam apontar quais trabalhos seriam menos valorizados;

A dinâmica serviu para pensar a luta das mulheres e o mundo do trabalho, sobretudo o trabalho não pago, feito em nome do amor, da família e do cuidado.



Dialogando sobre histórias de vida e elementos da identidade das participantes

Ainda no âmbito do projeto PLPs, página 40, na atividade **Colorindo os sentimentos**, foi feito um diálogo em grupos formados a partir da escolha de uma fita colorida por cada participante, considerando a cor que melhor retratasse seu sentimento no momento. Nos grupos, as participantes foram convidadas a falar de suas experiências pessoais e o que as fizeram chegar até aquele momento e lugar.

A pergunta geradora foi: *Com que sentimento chego aqui?*

Apareceram sentimentos que mesclaram a vivência do curso e a condição atual de vida das participantes, destacando-se os sentimentos de tranquilidade, otimismo, esperança, felicidade, alegria, preocupação e tristeza.

5. Acordos, diálogos e perguntas norteadoras

Uma vez feito o mapa de necessidades e um levantamento para conhecer o público das atividades, é interessante que as organizadoras proponham **uma série de acordos para os encontros**. Os acordos vão depender das características do grupo, como média de idade, gênero, orientação sexual, etnia, familiaridade com o assunto abordado. Os acordos gerais podem abordar a importância da confidencialidade (uma vez que temas sensíveis serão abordados), respeito pelo pensamento das outras, respeito pela palavra das outras etc.

O espaço de encontro é um **espaço de diálogo**. A partir da comunicação será construído o conhecimento coletivo, serão formadas as sínteses e as conclusões produzidas ali. Além da capacidade de se expressar de forma simples e acessível, a facilitadora também precisa saber ouvir.

É bom ter sempre na manga **perguntas norteadoras** sobre o tema a ser tratado. Seu objetivo de fazer essas perguntas, no entanto, não pode ser que a participante acerte uma resposta específica. A dinâmica de perguntas e respostas busca construir um trajeto, que será diferente em cada encontro. Devem ser perguntas disparadoras, que sirvam para conectar o conteúdo abordado à experiência de cada uma. Para isso, o importante não é demarcar se as respostas estão certas ou erradas, mas construir um caminho para que todas cheguem às respostas juntas. Para que esse diálogo flua, as perguntas precisam ser faladas de modo que fique claro para as participantes que não há respostas certas ou erradas, e sim um conhecimento em construção.

O diálogo deve provocar e proporcionar interações entre as participantes. A equipe facilitadora deve também ficar atenta se há pessoas isoladas, tanto durante as atividades em grupo quanto, por exemplo, nos intervalos. Uma forma de integrar esta pessoa é, durante o intervalo, puxar conversa com ela. Dependendo do tamanho do grupo e do contexto, a equipe facilitadora pode sugerir que seja criada uma comissão de animação. Esta comissão poderá ser responsável por:

- Puxar uma ação em momentos de sono ou dispersão, como uma roda de alongamento, ou que as pessoas se levanten, mudem a disposição das cadeiras, ou alguma ação de movimento;
- Incentivar que as oficinas não atrasem após os intervalos. Podem ficar responsáveis de olhar as horas e fazer um chamado de volta que seja convidativo;
- Se certificar que, sempre que possível, haja café, chá e água disponíveis para o grupo.



O INESC também traz sugestões em relação a como alimentar o diálogo nos encontros:

- Fazer referência e retomar comentários e histórias das participantes ao longo do encontro ajuda a integrar e valorizar os conhecimentos de cada uma.
- Esperar com paciência após fazer uma pergunta, sobretudo se for uma pergunta complicada. Muitas vezes temos tendência a tentar preencher o espaço, por conta do desconforto gerado quando uma pergunta é recebida com silêncio. Se for preciso, formular de novo a pergunta usando termos diferentes ou a uma das facilitadoras ou dos facilitadores pode começar a responder, para estimular a participação das outras.
- Sentar-se e usar linguagem corporal para mostrar que a espera por uma resposta pode ser calma, mas interessada em ouvir o que as participantes têm a dizer

Fonte: Caixa de ferramentas do INESC -

<https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CarilhaMultiplicadoresMultiplicadoras.pdf>

6. Oficinas coringa: rodas de conversa e linha do tempo

A oficina é um método de trabalho que tem como princípio a interação e a construção coletiva de conhecimento. Nas oficinas podemos usar diversos recursos, como a exposição dialogada, vídeos, trabalhos de grupos, testemunhos de vida, teatro, questões norteadoras e geradoras de reflexão sobre as temáticas que serão abordadas.

Trazemos aqui dois modelos, que chamaremos de *oficinas coringas*, e que podem ser adaptadas para várias situações. Para que a atividade planejada seja dinâmica, não seja entediante nem cansativa, é interessante alternar atividades que envolvam reflexões individuais e coletivas, além de também utilizar recursos lúdicos.

O que buscam as oficinas?

- Sensibilizar sobre um assunto ou aprofundar um conteúdo específico;
- Criar diálogos, que podem ser organizados a partir de perguntas e respostas, de leitura de textos, poesias, músicas, imagens, relatos de vida, pesquisas coletivas, dramatizações, em um grupo grande ou em vários grupos pequenos no mesmo ambiente;
- Incentivar que as participantes falem, e a partir de suas falas e do que é trazido pela equipe facilitadora, produzir conclusões que contemplem os objetivos esperados. As conclusões também abrem o gancho para a ação. Uma vez que se desenvolveu uma leitura coletiva sobre o mundo, o que se pode fazer para transformá-lo?

Os projetos Rodas pela Autonomia das Mulheres, página 58, e Hubs de Empoderamento das Mulheres, página 37, são dois exemplos em que as atividades se estruturam em rodas de conversa, abrindo espaço para tratar muitas temáticas e assuntos de interesse das participantes.

O que pode ser feito em uma oficina?

✱ Roda de conversa a partir de perguntas norteadoras

A partir de uma lista de perguntas já previamente preparadas, a equipe facilitadora pode ‘puxar’ um diálogo com o grupo. As respostas podem ser escritas em tarjetas, sintetizadas em palavras-chave, para facilitar o entendimento, e afixadas na parede, ou escritas em um quadro ou cartolina. Neste momento, é importante não seguir a lógica de respostas certas X erradas, mas procurar construir a partir dos elementos trazidos pelas participantes.

A partir de um diálogo inicial, a atividade pode evoluir para um “cochicho”, que é quando as participantes se dividem em grupos pequenos para continuar o debate. A partir do assunto de interesse, a facilitadora poderá escolher um texto, ou tópicos para que cada grupo discuta, ou alguma tarefa para as participantes fazerem. Durante o tempo da divisão em grupos pequenos, a facilitadora poderá transitar para ver se a proposta da atividade



foi entendida. A facilitadora pode dar algumas sugestões e tirar dúvidas nos grupos, mas buscando não interferir muito. Após o tempo estimulado para o cochicho, todas voltam para a roda grande, e cada grupo pode resumir o que discutiu ou apresentar o que fez. Em seguida, a facilitadora deve integrar as discussões e facilitar as sínteses, de acordo com o objetivo daquela atividade.

✦ Linha do tempo/panorama da situação

A linha do tempo pode ser usada em diversas ocasiões, sendo uma ferramenta muito útil para entender contextos e construir entendimentos coletivos sobre situações específicas. A linha pode ser uma corda estendida no chão, um traço feito na parede com linha ou fita, um pedaço de pano pendurado ou estendido.

A ideia é indagar sobre determinada situação, com o objetivo de que seja montada uma **visão rica em elementos**. A partir das respostas das participantes, a equipe facilitadora deve preencher as tarjetas, que serão posicionadas na linha. A ideia é procurar reconstruir a memória a partir dos marcos históricos relevantes para o grupo. É uma atividade que valoriza a experiência das pessoas comuns em relação aos grandes fatos históricos.

Durante o Projeto Promotoras Legais Populares desenvolvido em uma parceria entre o UNFPA, o INESC e o NUMUR, uma das atividades foi a criação de uma linha do tempo sobre a luta pelo fim da violência contra as mulheres no Brasil. A ideia era abordar as causas, a cultura e as estruturas de poder com a análise dos principais momentos dessa luta. Com tarjetas que identificavam datas e fatos históricos, a partir da década de 1960, as participantes completavam a linha. Foi possível identificar na linha do tempo os principais avanços e desafios para as mulheres e para as organizações que combatem a violência, bem como identificar os retrocessos dos últimos anos.

➤ Momento de integração no rio

Diante de uma fase conturbada, com diversas rupturas e desavenças no grupo, as participantes de uma das atividades decidiram que era necessário investir em possibilidade de integração e fortalecimento de laços. Através da roda de conversa, foi proposto que o grupo fizesse uma ação fora do abrigo, sendo o rio o local escolhido. Conhecido como o povo da água, muitos dos Waraos que estavam em abrigos não viam um rio há anos. Através da parceria com a ONU Mulheres, 18 mulheres indígenas foram para o momento de integração: ida ao rio seguida de uma roda de conversa sobre a construção da mulher das culturas/vivências Warao.

➤ Roda de conversa temática entre as mulheres indígenas da etnia Warao

Em duas ocasiões, foram organizadas rodas de conversa com temas específicos, que não tinham o objetivo de discutir a convivência ou um projeto, mas sim de falar sobre um tema proposto. Uma dessas rodas teve como tema a menstruação, com 14 participantes. Foi uma oportunidade para falar sobre as diferenças culturais na construção do imaginário do que é menstruar e debater sobre desigualdade e violência de gênero.



Os seguintes temas foram abordados: a segunda onda do feminismo brasileiro, as denúncias na década de 70 contra a ideia de “defesa da honra” nos assassinatos de mulheres, a criação do SOS Mulheres das primeiras Delegacias Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, participação das mulheres na constituinte, o compromisso com as convenções internacionais, a história da Lei Maria da Penha e da lei do feminicídio, entre outros.

7. Encerramentos e avaliação

No momento do encerramento, por conta do horário e do cansaço, é interessante fazer uma ação rápida, somente para finalizar o encontro. Por exemplo, um abraço coletivo, um apitão, uma ciranda, um momento com uma música tranquila. Também é o momento para fazer uma rápida avaliação, passar avisos e fazer combinações coletivas para os próximos passos do percurso da atividade.

Para pensar em como fazer uma avaliação de um projeto, é essencial entender quais foram seus pontos positivos e negativos. É importante planejar, desde o início do projeto, formas de acompanhar o desenvolvimento das atividades e das participantes para entender melhor o que se mostrou viável, quais pontos específicos requerem mais atenção e estudo, quais objetivos demandam ações diferentes.

Há algumas questões que, se pensadas desde o planejamento, possibilitarão uma avaliação mais consistente. Por exemplo, **se os objetivos estão claros**, explícitos e acordados, será mais simples entender se eles foram atingidos ou não. Da mesma forma, se já foram definidos pontos a **serem observados pelas facilitadoras** (por exemplo, se as propostas foram entendidas, se as participantes conseguem interpretar os textos e subtextos e realizar os exercícios, se conseguem formular dúvidas sobre os assuntos abordados), será mais fácil para elas realizarem alguns balanços que precisam ser feitos pela equipe responsável pelo projeto. Essa equipe pode se reunir ao final de cada atividade para trocar impressões, fazer uma autoavaliação e pensar em possíveis ajustes para as atividades seguintes. A **sistematização e a relatoria** das atividades e dos balanços devem ser realizadas com o máximo de detalhes possível. Para realizar avaliações a médio e longo prazo, pode-se acordar entrevistas e recolhimento de relatos após a finalização do projeto. A **autoavaliação das participantes** também é um recurso central, que pode ser feito por meio de conversas e dinâmicas.



Três avaliações das PLPs [página 40]

1. Passeio - Olhar sobre o percurso - uma reflexão sobre conteúdos e temáticas do curso a partir da exposição do material produzido nas oficinas.

Concluído o momento de acolhida e abertura, todas as participantes devem se dirigir à “sala da memória”, local preparado com exposição de todos os materiais construídos ao longo dos encontros. Foi feita uma *trilha dos saberes* no espaço, para que todas experimentassem um momento destinado aos saberes coletivos construídos coletivamente, com uma observação silenciosa da exposição que tornou possível trazer a memória dos conteúdos e de cada momento do percurso, desde a primeira oficina.

O olhar sobre o percurso foi concluído com a sistematização das percepções sobre a vivência, cuja reflexão foi estimulada com questões dispostas em cartazes para manifestação escrita das participantes, em tarjetas de cores específicas, com perguntas que exploravam os sentidos: “O que eu vi nas oficinas?” “O que eu ouvi?” “O que eu senti?” O que podemos acrescentar?”

2. Em uma mandala afixada na parede, as participantes deixavam um símbolo em um dos círculos, avaliando entre “gostei muito”, “gostei” e “não foi bom”. Ali era possível ver a percepção das participantes sobre vários aspectos, bem como temas e estrutura da oficina.

3. Foi proposto ao grupo que dessem suas opiniões sobre infraestrutura, alimentação, organização, conteúdos e didática das moderadoras, com adesivos para serem colados nas colunas “excelente”, “bom”, “regular” e “ruim”.

Atividades por eixo

As atividades trazidas aqui estão divididas seguindo a proposta do Programa LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres e meninas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas. Muitas delas, no entanto, trabalham mais de um aspecto específico, atuando de forma integrada, promovendo o bem-estar econômico, mas também a liderança e a participação, ou a liderança, mas também a segurança e proteção dessas mulheres.

Segurança e Proteção

Em crises humanitárias, as populações mais afetadas são mulheres e meninas. Em Roraima, estado da região Norte do Brasil que faz fronteira com a Venezuela, a maior vulnerabilidade de mulheres refugiadas e migrantes se dá por situações de pobreza, separação familiar parcial ou total, mudança nos papéis tradicionais de gênero, barreiras no acesso à proteção, a serviços e exposição a maiores riscos de violência.

Tratar sobre o tema da segurança e proteção das mulheres no contexto humanitário implica trazer para o centro das reflexões o fenômeno da **violência de gênero** (VBG) e da violência institucional, considerando suas várias matrizes: física, psicológica, moral, patrimonial, sexual, casamento precoce ou forçado, entre outras. Essas manifestações podem se revelar ainda mais agudas no caso de grupos específicos, como mulheres grávidas, com filhas e/ou filhos, mulheres lésbicas, bissexuais e trans (LBT), negras e indígenas e mulheres idosas. Inclusive, a sua **condição sociorracial** por si só já é um elemento de desvantagens, onde se sobrepõem **múltiplas discriminações**.

Além da situação sociorracial, em períodos de fronteira fechada, como é o caso do contexto da Covid-19, várias entram no país de forma **irregular e estão indocumentadas**, o que as coloca em situação de maior vulnerabilidade porque estão com acesso limitado a serviços e direitos fundamentais. Muitas se sentem inseguras em procurar ajuda em caso de violência, seja no âmbito doméstico ou público, pelo medo de serem retaliadas ou mesmo deportadas pelas autoridades. Além disso, a **xenofobia** e a discriminação são parte da realidade brasileira, especialmente no estado de Roraima, o que acaba por intimidar mulheres e meninas na busca do reconhecimento dos seus direitos.

Outra situação é a condição econômica das mulheres refugiadas e migrantes, que chegam na cidade desprovidas de recursos para alimentação, moradia, abrigo e proteção, ficando reféns das mais variadas

formas de violência. Mesmo com algum apoio, muitas recorrem ao sexo por sobrevivência e estão à mercê da violência de clientes e policiais. As mulheres trans, por exemplo, pouco buscam ajuda na rede de enfrentamento e atendimento público, por receio de serem revitimizadas.

Diante desse quadro, é necessário um trabalho com **medidas de mitigação de risco** assertivas frente às particularidades migratórias. A **elaboração de fluxos e protocolos de encaminhamento** para a rede pública de atendimento é central para as organizações que atuam de forma direta na resposta humanitária, para que possam garantir os direitos dessas mulheres. A sensibilização das mulheres para que conheçam quais seus direitos no Brasil e se reconheçam como detentoras plenas desses direitos é outro eixo estratégico.

Em emergências humanitárias, é importante identificar os fluxos de resposta para casos de Violência Baseada no Gênero (VBG). É um **material com orientações sobre os caminhos a serem percorridos a depender do tipo de violência sofrida**. Durante a pandemia de Covid-19, o fluxo de Boa Vista-RR foi adaptado para o novo contexto, de forma a garantir a segurança e a proteção da sobrevivente, principalmente pelo fato da suspensão de alguns serviços e adaptação de outros.

As experiências a seguir são exemplos que podem ser replicados e adaptados no sentido de uma resposta transformativa de gênero na ação humanitária:

→ Esse material, elaborado numa parceria entre a ACNUR, ONU Mulheres, UNFPA e UNICEF, com financiamento do Governo de Luxemburgo, se encontra em anexo no link https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/06/fluxo_2020.pdf

1. Espaços Seguros

O UNFPA possui a metodologia Espaços Seguros, criada para promover atividades de prevenção e gestão de casos de violência de gênero e empoderamento de mulheres e meninas em emergências humanitárias. No contexto brasileiro, a iniciativa é realizada de forma constante em diversos momentos e lugares de Roraima e do Amazonas, tanto em abrigos quanto em Postos de Interiorização e Triagem (PITRIG). Essa ação busca criar espaços próprios para que as mulheres se encontrem e se conheçam, se fortaleçam e criem redes de apoio.

✶ O que queremos dizer com seguro?

A ideia é evitar que mulheres e meninas refugiadas e migrantes **revivam traumas**, violências ou experimentem medo de novos episódios de violência.

Sentir-se segura, então, nesse contexto, significa sentir-se protegida de situações de estresse comuns para mulheres em emergências humanitárias. Significa poder se expressar sem medo de julgamento social ou dano físico e psicológico e ser capaz de tomar decisões sem medo da pressão social.

* Por que são espaços necessários?

Espaços acolhedores com a presença de facilitadoras, assistentes de campo e especialistas permitem que as meninas e mulheres se sintam à vontade para procurar ajuda em situações de violência. Essa iniciativa é central por criar um ponto de entrada para o acompanhamento desses casos.

* Atividade:

Criar espaços acolhedores que sirvam para articular a proteção e o empoderamento das meninas e mulheres refugiadas e migrantes. São espaços que podem tanto promover a atenção individual quanto momentos coletivos de fortalecimento comunitário, levando em consideração as necessidades específicas de cada mulher e dos grupos formados nesses contextos.

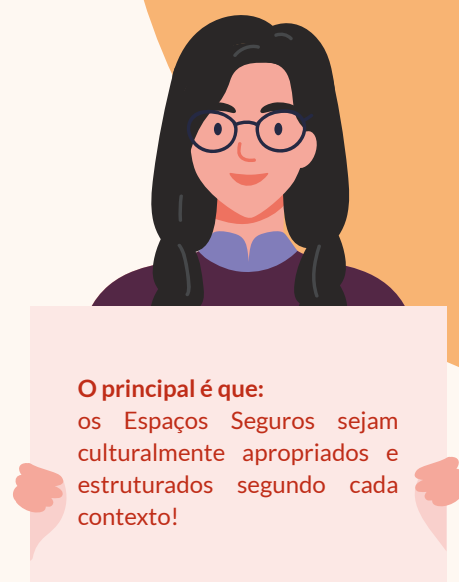
* Objetivo:

Criar lugares formais ou informais para que mulheres refugiadas e migrantes possam se **sentir fisicamente e emocionalmente seguras**. Devem ser lugares para:

- Acessar informações que salvam vidas;
- Acessar direitos;
- Acessar serviços intersetoriais de proteção, através do encaminhamento e/ou acompanhamento terapêutico à rede (saúde, segurança, psicossocial, justiça);
- Obter informações;
- Criar conexões;
- Exercer a cidadania e direitos;
- Promover a escuta sensível e encaminhamento/acompanhamento dos casos de violência de gênero e primeiros cuidados psicológicos;
- Orientações específicas sobre acesso a direitos e serviços direcionadas às mulheres no processo de interiorização.

* Estrutura:

- Avaliação inicial: Entender as necessidades do contexto: reunir informações sobre as necessidades, preferências, restrições e forças de mulheres e meninas.
- Escolher um espaço: A partir de mapeamento feito conjuntamente com mulheres e meninas adolescentes da comunidade para entender a segurança da área, levando em conta a quantidade de participantes pretendida, a acessibilidade por meio do transporte, seu possível custo, e a acessibilidade do local para mulheres com deficiência.



É possível mapear locais de encontros informais pré-estabelecidos para saber se já existem lugares seguros onde as mulheres se encontram.

Se as participantes validarem o local, decidir com elas os dias e horários para as atividades.

Um Espaço Seguro pode ser localizado em:

- Um edifício novo e dedicado exclusivamente
- Um edifício já existente
- Um centro comunitário
- Clínica de saúde
- Escritório de uma organização local
- Pode não ter um espaço físico designado
- Pode ser em um lugar fixo ou mover-se

Onde NÃO estabelecer espaços seguros:

- Perto de um campo de futebol
- Perto de um bar onde há pessoas bebendo
- Onde há influência ou presença de grupos rivais como gangues
- Onde tenham pessoas armadas
- Onde não tenha iluminação

✦ Atividades e serviços

Após a fase de avaliação, devem ser planejadas atividades diversas, que envolvam o bem-estar das participantes e atendam às suas necessidades, a partir dos recursos disponíveis na área.

Aconselha-se começar com atividades mais básicas para que o projeto se desenvolva progressivamente para atividades mais avançadas.



Tente evitar a dinâmica da "conversa de especialista". É importante que a/o especialista conduza as atividades de forma interativa com as mulheres, para que elas possam contribuir para a sessão, contribuir com o conteúdo e torná-lo próprio.

✦ Pessoal

Para promover intervenções estruturadas, é importante que a equipe facilitadora seja formada por profissionais qualificados nas áreas de serviço social, psicologia ou áreas afins, de preferência mulheres. É importante que sejam decididas escalas de horários e um número mínimo de pessoas por turno por localidade, nunca menos que duas. Para o pessoal que realiza gestão de casos de violência de gênero, é necessário uma capacitação específica prévia e participação em processos de supervisão e educação permanentes.

✦ Monitoramento e Avaliação (M&E)

Definir claramente o que se quer medir: por exemplo, o bem-estar das participantes regulares no início e no final do ciclo, para coletar dados e fazer análises. É essencial que a avaliação seja participativa.

✦ Fase de encerramento

É importante considerar, antes de encerrar o projeto, como ele pode ser sustentável, a partir de treinamentos e oficinas de outros agentes humanitários que possam dar continuidade.

Para planejar os Espaços Seguros, podem ser propostas as seguintes atividades:

- Sessões de Apoio Psicossocial;
- Oficinas de diversos tipos, de sensibilização e conscientização sobre temas como: violência de gênero, saúde sexual e reprodutiva, autocuidado, prostituição, paternidade, acesso à justiça;
- Atividades de empoderamento econômico;
- Entrega de primeiros socorros de Kits de Dignidade, página 44;
- Atividade para fortalecer os laços entre as participantes, criar micro redes de ajuda mútua e proteção entre mulheres e meninas;
- Atividades recreativas com objetivos psicossociais, que permitam relaxar ou socializar, como yoga, arte, costura, artesanato;
- Sessões informativas sobre temas-chave como acesso à documentação, a serviços, maternidade, questões de saúde pública (prevenção da Covid-19);
- Sessões pré interiorização sobre a rede de proteção das cidades de destino e como acessar direitos nessas localidades.

Dependendo do contexto, um Espaço Seguro pode ser organizado de diferentes formas:

- Pode ser organizado por grupos etários, étnicos, de identidade de gênero e outras diversidades;
- Pode funcionar o tempo todo, todos os dias, em um espaço físico específico, dentro de um abrigo ou um posto de triagem;
- Pode mudar periodicamente de localidade, sendo móvel e/ou itinerante (por exemplo, segunda-feira em um abrigo, terça-feira em outro abrigo, etc);
- Pode funcionar em horários específicos, por exemplo, se estiver localizado no prédio de uma organização ou em um posto de saúde (os dias e horários podem ser pactuados com as lideranças).

São espaços:

- feitos por mulheres para mulheres
- onde se pode receber informações confiáveis
- confidenciais, onde é possível receber apoio diante de um incidente de violência
- feitos para estabelecer conexões, aprender e se desenvolver
- de apoio mútuo, onde todas podem se sentir livres para se expressar sem julgamentos
- onde suas vozes importam e onde as mulheres têm a possibilidade de escolher



É importante contar com dois espaços físicos separados: um espaço para a escuta qualificada com maior privacidade e outro espaço maior para atividades coletivas

Nos Espaços Seguros desenvolvidos em Roraima, promoveu-se:

✧ Em momentos individuais

- Uma escuta sensível e primeiros cuidados psicológicos;
- Orientações individuais sobre acesso a direitos, canais de denúncia, acesso à rede pública de serviços, bem como informações sobre saúde sexual e direitos reprodutivos;
- Encaminhamento para a rede pública, em conjunto com as organizações parceiras e a rede local;
- Distribuição de preservativos e gel lubrificante;
- Acompanhamento dos casos de violência de gênero.

✧ Em momentos coletivos

- Oficinas, rodas de conversa e projeção de materiais audiovisuais para sensibilizar em relação à violência de gênero;
- Oficinas e rodas de conversa sobre o tema saúde sexual e direitos reprodutivos, acesso a métodos anticoncepcionais, prevenção de gravidez não intencional e ISTs, acesso a tratamentos e ao SUS;
- Orientações específicas sobre o acesso a direitos e serviços dirigidos a mulheres em processo de interiorização.



Espaços Seguros geralmente são só para mulheres e meninas, porém, no Brasil, foi feita uma adaptação para a população LGBTQI+, uma vez que é um grupo especialmente vulnerável e alvo de diversos tipos de violações de direitos, inclusive por parte da própria população migrante.

LAS DIVERSIDADES
ENCUENTRAN UN
HOGAR EN LOS
ESPACIOS SEGUROS.

Os Espaços Seguros procuram prestar atenção às diversas opressões e discriminações, sejam por conta de gênero, orientação sexual, etnia, classe, habilidade, religião, e busca alcançar em especial as grávidas, lactantes, mulheres, meninas, adolescentes e idosas sobreviventes de violência de gênero, ou que vivem com HIV, ou com deficiência.

**Nenhuma mulher deve se sentir excluída!
As diversidades são bem-vindas em
Espaços Seguros!**



Princípios básicos dos Espaços Seguros do UNFPA

1. Liderança e empoderamento de mulheres e meninas

O envolvimento das participantes desde a fase de planejamento, durante a implementação, monitoramento e avaliação é central para que o projeto funcione. Mulheres e meninas precisam ser capazes de expressar e, ao mesmo tempo, fortalecer seu poder de decisão. Elas têm que decidir os horários, dias e tipos de atividades.

2. Centrado nas sobreviventes

Os Espaços Seguros oferecem atendimento às sobreviventes, acompanham e encaminham casos em que há violência de gênero. É central que o espaço seja focado nas sobreviventes e garanta sua segurança e confidencialidade. É um espaço onde elas devem poder encontrar informações sobre outros serviços disponíveis.

3. Seguro e acessível

O projeto precisa ser organizado em uma área segura e acessível para mulheres e meninas, com privacidade e com a possibilidade de que elas possam se deslocar para lá com segurança - considerando também se o local é acessível para mulheres com deficiências motoras. Se for possível, é interessante que elas possam decidir onde o projeto será realizado, a partir de suas necessidades e conhecimentos da região, dos horários das atividades e abertura e fechamento.

4. Envolvimento da comunidade

A aceitação e o apoio da comunidade são fundamentais para o sucesso de um Espaço Seguro. É importante buscar o apoio dos atores da comunidade, como parceiras e parceiros, líderes comunitárias e comunitários, líderes religiosas e religiosos. Muitas vezes, ter o apoio dessas pessoas incentiva a participação das mulheres no projeto.

2. Hubs de Empoderamento das Mulheres

Esse projeto, promovido pela ONU Mulheres, consistiu em espaços de construção compartilhada com mulheres refugiadas e migrantes para promover a troca de experiências e de histórias de vida, apoio entre pares, construção coletiva e participativa de conhecimentos. Buscou promover oportunidades de proteção e empoderamento de mulheres refugiadas e migrantes. Funcionou, ainda, como uma estratégia para que as participantes conhecessem mais os direitos e equipamentos sociais, legais e institucionais no Brasil. Na página 10, é possível saber mais sobre como esse projeto foi adaptado no contexto da Covid-19.

*Atividade

Rodas de conversa sobre temáticas diversas, a depender do grupo.

*Objetivo

Criar espaços para que mulheres refugiadas e migrantes se sintam à vontade para trabalhar temas diversos e conhecer seus direitos, desenvolver redes de apoio e fortalecimento de lideranças. Entre os temas podem estar: direitos de refugiadas, refugiados e migrantes, direitos das mulheres no Brasil, violência contra mulheres e meninas, saúde sexual e reprodutiva, empreendedorismo e empoderamento econômico, funcionamento do SUS, cuidado das crianças, direitos da população LGBTQI+ etc.

*Estrutura

Mapeamento de necessidades sobre quais temáticas as mulheres refugiadas e migrantes apresentam maior interesse. Na página 19 falamos sobre isso.

- **Rodas de conversa semanais (com até 25 mulheres)**

Os encontros são independentes entre si, então não há problema caso mais mulheres queiram se juntar ao longo do processo. Porém, a regularidade entre as participantes favorece o processo, para que se crie um ambiente de rede e de proteção entre elas.

- **Uma temática por encontro, quando possível, com a presença de alguma organização parceira com experiência no assunto.**

Idealmente, as temáticas mais delicadas devem ser discutidas em espaços fechados, apenas com o grupo de mulheres, e sem circulação de outras pessoas.

*Materiais

Questionário inicial e final (também chamados de baseline e endline), para entender quais as mudanças que os encontros trazem para a vida de mulheres e meninas, lista de presença, cartolinas, pincéis atômicos de cores variadas, lápis, papel A4, balões, pintura corporal, espelho, massinha de modelar.

Durante as experiências organizadas pela ONU Mulheres, o primeiro encontro era usado para fazer um mapeamento participativo, após uma rodada de apresentações e da aplicação do questionário inicial (questionário baseline).

Nesse mapeamento, as mulheres eram divididas em grupos e convidadas a desenharem um mapa de suas comunidades (abrigo, ocupação, bairro, cidade, o que se sentissem mais à vontade), identificando os serviços existentes e inexistentes. Em seguida, cada grupo apresentava seu mapa, e as participantes eram provocadas a refletir sobre a qualidade desses serviços e os desafios encontrados para acessá-los.

→ Espaços Seguros

Essa ação foi inspirada na metodologia Espaços Seguros, elaborada pelo UNFPA, descrita neste guia na página 32.

Ao final, cada uma recebia uma folha em branco, onde desenharam ou escreveram quais temáticas eram mais sensíveis para elas, e sobre o que gostariam de discutir durante o projeto. Surgiram as seguintes temáticas, que foram discutidas nos encontros seguintes:

- Direitos humanos das mulheres e direitos humanos no Brasil;
- Direitos de refugiadas, refugiados e migrantes;
- Relações de gênero e sexo;
- Violência baseada no gênero (VBG);
- Saúde da mulher (sexual e reprodutiva) e o SUS;
- Higiene;
- Saúde psicossocial e autoestima das mulheres migrantes;
- Prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Empreendedorismo e empoderamento econômico;
- Cuidado das crianças e idosos;
- Direitos da população LGBTQI+;
- Elementos e características da cultura brasileira.



Essas são apenas algumas das temáticas que podem aparecer. A importância da flexibilidade e adaptação das organizadoras se mostra central aqui, uma vez que em cada grupo podem despontar interesses e necessidades diferentes ao longo do processo.



Por exemplo, enquanto em uma localidade a questão da violência física contra as mulheres pode aparecer mais, em outra, pode-se falar mais sobre o maltrato de crianças. Da mesma forma, a ideia de “autoestima”, temática recorrentemente demandada pelas mulheres, pode ser abordada tanto pelo viés do empoderamento quanto do autocuidado. Em algumas situações, as participantes podem manifestar uma urgência de conversar sobre outros assuntos que não os planejados (por exemplo, podem emergir assuntos que não estavam no planejamento, como a morte, exploração laboral e tráfico de pessoas).

3. Promotoras Legais Populares – PLPs

Existem diversas experiências na América Latina do projeto Promotoras Legais Populares, também conhecidas como PLPs. É um projeto de fortalecimento de lideranças comunitárias e facilitação para que mulheres possam orientar outras e multiplicar esses conhecimentos, para facilitar o acesso à justiça e serviços quando sofram violações de direitos. Em Boa Vista, o NUMUR e o INESC, em parceria com o UNFPA, organizaram uma versão do projeto em três módulos.

✧Atividade

Promoção do acesso à justiça por meio do projeto Promotoras Legais Populares.

✧Objetivo

- Criar condições para que as mulheres conheçam direitos, leis e mecanismos jurídicos, para que possam tomar iniciativas e decisões e orientar mulheres cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados;
- Apresentar políticas públicas para as mulheres na área de enfrentamento e atendimento à violência e os serviços destinados àquelas em condições de vulnerabilidade social;
- Disponibilizar ferramentas e habilidades para que as promotoras possam acompanhar ou encaminhar as mulheres que precisam das delegacias de polícia, Instituto Médico Legal ou organismos de assistência jurídica ou de assistência social.

✧Estrutura

São três módulos distribuídos em sete oficinas temáticas. Há, ainda, um seminário sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

✧Materiais

Cartolinas; pincéis atômicos de cores variadas; datashow e computador; TNT; Barbantes; caixa de som e músicas; tarjetas de cores variadas; imagens norteadoras; balões; flip-chart; papel A4.

Espera-se que o projeto seja uma iniciativa de convivência pacífica, que tenha mulheres brasileiras, migrantes e refugiadas, líderes comunitárias e da sociedade civil. Assim, a proposta se constitui num espaço seguro e educativo para mulheres sobre seus direitos, permitindo a integração e fortalecimento de laços de solidariedade e sororidade entre as participantes.

 Temas**Módulo 1: Violência contra as mulheres**

- Sobre a violência (raízes, causas, cultura, mitos);
- Tipos de violências (sexual, patrimonial, física, psicológica, moral, feminicídio);
- O que diz a Lei Maria da Penha;
- O que diz a Lei do Feminicídio;
- Violência contra mulheres lésbicas, bissexuais e trans
- O racismo e a xenofobia institucional (mulheres negras, indígenas e migrantes);
- Onde encontrar ajuda (rede de atendimento, rede de enfrentamento, Casa da Mulher Brasileira).

Módulo 2: Mulheres e Trabalho

- Luta das mulheres e os estudos sobre as desigualdades no mundo do trabalho (trabalho remunerado e trabalho não remunerado);
- Preconceito e discriminação;
- Assédio sexual e moral;
- Prostituição e exploração sexual de mulheres;
- Tráfico de meninas e mulheres para fins de exploração laboral, sexual ou retirada de órgãos.

As facilitadoras mostravam uma imagem de mulheres carregando os filhos nas costas durante uma colheita de arroz. Com a imagem, abriam a reflexão: “Os homens carregam os filhos para o trabalho?”

Módulo 3: Mulheres e saúde

- Saúde e direitos como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM);
- Direitos sexuais e reprodutivos (saúde reprodutiva, planejamento familiar, reprodução assistida);
- Atenção à saúde sexual de jovens;
- Infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV/Aids.

4. O Valente não é Violento

O Valente não é violento é uma metodologia que busca estimular a reflexão sobre comportamentos machistas, enfatizando a responsabilidade dos homens na eliminação da violência contra meninas e mulheres. A proposta conta com espaços exclusivos para homens, onde podem compartilhar seus pontos de vista e refletir sobre papéis de gênero, igualdade de gênero e masculinidades positivas em espaços onde se sintam mais seguros e com liberdade para compartilhamento de perspectivas pessoais.



A metodologia do Valente Não é Violento também foi transformada em um curso à distância. Para conhecer mais, acesse <https://onumulheres.kaptiva.com.br/>

Nessa página, há o curso completo e também o módulo específico para o contexto humanitário, que pode ser feito separadamente.

✦Atividade

Promover masculinidades positivas e relações de gênero menos violentas.

✦Objetivo

- Desconstruir masculinidades tóxicas e construir alternativas positivas para a vivência de masculinidades pelos homens;
- Convidar os homens a repensar e transformar estereótipos de gênero;
- Prevenir as diferentes violências baseadas no gênero.

✦Estrutura

Exposição dialogada, com auxílio de PowerPoint; momentos de conversa com perguntas norteadoras de interação com o grupo.

✦Materiais

Flip-chart, datashow com apresentação de slides e computador, caixa de som, e internet para passar os vídeos.

Nas experiências organizadas pela ONU Mulheres, os encontros eram divididos em 4 momentos:

✦Momento 1

Para iniciar o debate, foram apresentados alguns papéis de gênero através de reflexões e de imagens:

- Quem teve um avô que colaborava nas tarefas domésticas?
- Quem teve um avô provedor da casa e uma avó que não trabalhava fora?
- Quem já ouviu: “Não chora que tu é homem”?

- Quem na adolescência foi estimulado a ser o “pegador/garanhão?”
- Quem teve uma conversa de orientação sobre “primeira relação sexual”, “gravidez precoce”, “ISTs” e “métodos contraceptivos” com o pai ou alguma figura masculina?
- Quem já viu uma mulher ser assediada na rua?

Imagens: fotos de brinquedos normalmente dado às meninas (boneca, cozinha) e brinquedos dados aos meninos (carrinho, bola). Foto de profissões normalmente vistas como de mulheres (empregada doméstica, professora) e profissões vistas como de homens (engenheiros, médicos).

*Momento 2:

Filme: Precisamos falar com os homens

<https://www.youtube.com/watch?v=jyKxmACa55Q>

Atividade baseada no filme: os participantes responderam, de forma anônima, em uma folha em branco, a pergunta: “O que você sente vontade de fazer que o fato de ‘ser homem’ não te permite?”.

As respostas foram misturadas, lidas pelo facilitador e discutidas com o grupo.

*Momento 3:

Abordou-se outros assuntos: divisão do trabalho doméstico, desigualdade de gênero no mercado de trabalho, responsabilidade masculina pela concepção/anticoncepção, paternidade ativa e violência de gênero com base em dados relativos a:

- principais distúrbios declarados por homens como: ansiedade, depressão, vício em pornografia, vício em álcool e drogas, apostas e jogos eletrônicos;
- número de homicídios, suicídios e acidentes de homens;
- dados sobre violência contra mulheres, buscando sempre o contexto nacional e o local;
- ligações para o Ligue 180;
- homicídios de mulheres.

Para isso, foi perguntado:

- Existem trabalhos que só homens deveriam fazer?
- Mulheres e homens recebem o mesmo salário para fazer o mesmo trabalho?

- O que acontece a homens e mulheres quando ocorre uma gestação não planejada?



Momento 4:

Abordou-se a legislação brasileira, entre elas a igualdade de gênero prevista na Constituição Federal de 1988, a Lei Maria da Penha (Violência Física, Sexual, Psicológica, Moral e Patrimonial) e a Lei do Feminicídio.

Foi finalizado com dois questionamentos:

- “Qual é o papel do homem na luta contra a violência sofrida pela mulher?”
- “Qual é o papel do homem na luta para que homens e mulheres sejam igualmente respeitados?”



Defenda-se

Outra iniciativa que vale a pena mencionar foi o ciclo organizado pela Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil (AVSI), gestora de um abrigo, em grupos de 15 a 20 adolescentes, separados por faixa etária, para assistir vídeos e conversar sobre violência contra crianças e adolescentes. O uso do recurso dos vídeos foi interessante como forma de estabelecer uma primeira aproximação, estabelecer canais de confiança e disponibilizar ferramentas para que eles e elas pensassem sobre o assunto. A atividade foi realizada em salas com privacidade, para que todas e todos se sentissem à vontade para conversar. As atividades alternam grupos exclusivos e mistos, uma vez que meninos não falam muito quando estão em presença das meninas.

<https://defenda-se.com/>

5. Kits de dignidade

A entrega de **kits com produtos** é estratégica e central para suprir não apenas as necessidades básicas, mas também para a saúde sexual e reprodutiva e até mesmo para a prevenção da violência de gênero. quanto na questão da saúde sexual e reprodutiva. O UNFPA, muitas vezes em parceria com organizações locais, promoveu esse tipo de atividade, mediante cadastro e análise da situação das beneficiárias. Foram priorizadas as refugiadas e migrantes que estejam em risco, como meninas, mulheres grávidas, puérperas e lactantes. Sobreviventes de violência e pessoas LGBTQI+ também se encaixavam. No contexto da Covid-19, kits com materiais de limpeza também foram distribuídos, com o objetivo de garantir a descontaminação e higienização de ambientes onde há muita convivência, como abrigos

e ocupações. A entrega dos kits também é uma ação que geralmente abre caminhos para a **sensibilização e comunicação** relativa à saúde sexual e reprodutiva, assim como à violência de gênero.

✧ Atividade

Distribuição de:

- Kits de dignidade: roupa íntima nova, chinelos, preservativos, creme dental e escova de dentes.



No contexto da Covid-19:

- Kits de material de limpeza: água sanitária, detergente, vassoura e sabão em pó;
- Material bilíngue sobre a Covid-19 e kits de higiene: álcool em gel e sabonete.

✧ Objetivo

- Fornecer itens de uso pessoal essencial para garantir a dignidade de mulheres refugiadas e migrantes;
- Fornecer kits de higiene e orientações sobre a Covid-19;
- Abrir canais de comunicação com as populações assistidas.

✧ Estrutura

O fornecimento de kits pode acontecer de diversas formas, no trabalho na rua em regiões centrais ou para pessoas cadastradas como beneficiárias dos serviços das organizações.

O UNFPA recomenda os seguintes parâmetros para identificar quais itens um kit deve contar:

- relevância dos itens;
- sensibilidade cultural;
- qualidade dos itens;
- quantidade;
- frequência da distribuição;
- considerações ambientais;
- preço.

A entrega de kits de higiene permitiu também o estabelecimento de vínculos e aberturas para tratar de temas sensíveis, ao criar

Em relação às profissionais do sexo, a organização Sabá promoveu um trabalho individual de conscientização no momento da entrega dos kits, estabelecendo uma abertura para conversar sobre prevenção à ISTs e sobre situações de violência que elas passavam.

confiança para que as mulheres refugiadas e migrantes trouxessem outras demandas. O trabalho de distribuição de kits, seja na rua ou com mulheres cadastradas, requer sensibilidade por parte dos agentes e das agentes humanitárias, para saber ouvir o que as mulheres decidem compartilhar, para julgar, saber acolhê-las e, se possível, encaminhá-las para serviços que as auxiliem.

Considerar a voz das beneficiárias faz com que uma ação tenha elementos diferenciados: a partir da **escuta das necessidades delas**, decidiu-se incluir itens pouco comuns nesses kits, como lanternas e apitos, usados pelos movimentos de mulheres no Brasil como itens de segurança e sobrevivência, para serem usados em lugares escuros, como prevenção da violência sexual. A inclusão de cadernos e canetas também auxiliou as mulheres, que haviam comentado a necessidade de um lugar para anotar direitos e endereços.



O Grupo Sabá possuía um trabalho com pessoas portadoras de HIV/Aids, e com o passar do tempo passou também a atender população LGBTQI+, especialmente mulheres trans. Com o aumento do fluxo migratório, passaram a prestar vários tipos de auxílio também para a população migrantes, sobretudo com auxílio alimentar e de higiene. Em seu trabalho, se destaca o contato e as ações feitas com migrantes não abrigadas. Nesse contexto, especificamente em relação às migrantes e refugiadas trans, o contato por meio dos kits também abre espaço para o reforço sobre alguns direitos garantidos a essa comunidade no Brasil, como o **direito ao nome social**, que é desconhecido por muitas delas.

Bem-estar econômico

O **bem-estar econômico das mulheres refugiadas e migrantes** passa tanto por poder viver uma vida sem violência (autonomia física) quanto por poder decidir sobre sua vida (autonomia política), o que implica que, em relação ao empoderamento econômico, deve-se promover tanto o **acesso aos recursos materiais** quanto ao fortalecimento do **poder de decisão** sobre o que fazer com eles. Também é central que as mulheres possam contar com uma **rede ampla de apoio institucional**. Dentro da Operação Acolhida foram implementados programas e atividades pelas organizações humanitárias em conjunto com diversos sujeitos sociais, tais como empresas, cooperativas, organizações da sociedade civil e poder público (universidades, agências de fomento, fundações etc.), que possibilitaram convênios e parcerias. Os objetivos eram promover e facilitar a participação plena das mulheres em todos os setores e níveis da vida econômica e produtiva; e promover e facilitar o acesso aos recursos, a autonomia financeira, a proteção e os direitos trabalhistas.

É enorme o desafio de conseguir vagas de emprego e oportunidades no mercado formal para a população refugiada e migrante,

especialmente para as mulheres. O relatório de interiorização do Subcomitê Federal para Interiorização da Operação Acolhida, de fevereiro de 2021, [link: <https://data2.unhcr.org/es/documents/details/82930>] mostra que apenas $\frac{1}{3}$ das vagas formais vão para mulheres. É importante ressaltar, aqui, a **necessidade de um trabalho específico de sensibilização com empresas e institutos** para alcançar mudanças significativas nessa tendência.

A outra alternativa é o apoio às **iniciativas de empreendedorismo**, soluções que permitam a geração de renda de forma autônoma a partir dos conhecimentos, habilidades e experiências que possuem as mulheres. Em relação a essas iniciativas, é importante que sejam acompanhadas de **fontes de financiamento** que visem a sustentabilidade dos negócios. A criação de grupos de produção coletivos, como cooperativas, é uma possibilidade que permitiria acionar mecanismos de solidariedade entre as participantes

Em ambos os casos, a sensibilização, **capacitação e treinamento** das mulheres são ações cruciais, tanto para que atuem em iniciativas próprias, quanto para que melhorem suas chances de serem contratadas no mercado formal. O entendimento de como funcionam o sistema e a legislação trabalhista e o valor e a moeda no Brasil são essenciais para que, uma vez que as mulheres tenham acesso a recursos, contem com ferramentas que lhes permitam administrar os recursos **da melhor forma possível**.

Além disso, é fundamental que as refugiadas e migrantes empreendedoras sejam encorajadas a procurar **espaços formais de comércio** e entender como funcionam suas regras: como fazer inscrição em feiras, eventos e espaços comerciais, como organizar postos e *stands* de venda, como levar os produtos, conhecer mais sobre o público brasileiro e **como calcular os preços de seus produtos**. É muito importante lembrar que o processo de comercialização é crucial para todas as iniciativas de empreendedorismo. A experiência prática, fomentada pelas organizações, se mostrou uma grande aliada para o desenvolvimento desses negócios. Para isso, também é interessante que o mercado local – empresários e empresárias, gestores e gestoras, autoridades possibilitem esses espaços (feiras, exposições, eventos, entre outros) como forma de promover o conhecimento e integração entre culturas e o combate à xenofobia. Um exemplo bem-sucedido são as feiras de alimentação e de artesanato que levam para a sociedade uma diversidade de cardápios e produtos.

É primordial, ainda, que as mulheres empreendedoras sejam devidamente orientadas sobre como fazer a formalização dos empreendimentos, ou seja, os aspectos burocráticos e legais quando a tributação, encargos sociais e previdenciários, contabilidade e finanças, qualidade dos produtos (questão sanitária), precificação, marketing etc.

1. Capacitação de organizações que oferecem cursos técnicos e profissionalizantes para refugiadas e migrantes

Mulheres refugiadas e migrantes comumente trazem em suas bagagens um rico histórico de experiências, conhecimentos e formações profissionais. No país de acolhida, contudo, não é raro que encontrem barreiras como a dificuldade no reconhecimento de diplomas, o desconhecimento do idioma local, a incapacidade do mercado local para absorver a força de trabalho e a necessidade de aprender novas funções.

A capacitação profissional é essencial e muito solicitada pelas mulheres refugiadas e migrantes. Para isso, parcerias com organizações preparadas ou abertas para incorporar demandas específicas podem ser muito importantes. A realidade da mulher refugiada e migrante, com suas especificidades, precisa ser levada em consideração e pensada de forma *transversal* no conteúdo das capacitações. Outro elemento diferencial é a criação de um espaço formativo onde as mulheres se apoiem e cresçam juntas.

Trazemos aqui a parceria realizada entre a ONU Mulheres e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Na página 13, explicamos o que é a transversalidade de gênero.

*Atividade

Preparação com organizações para trabalhar com o empoderamento das mulheres refugiadas e migrantes

*Objetivo

Qualificação de instrutoras, instrutores e equipe técnica em questões de migração e de gênero

*Passo a passo

1. Planejar, com a organização que oferece capacitações técnicas, uma formação para instrutoras, instrutores e equipe técnica, sobre como levar em consideração as questões de gênero e de migração de forma transversal aos conteúdos profissionais.
2. Realizar algumas atividades, ou uma série de encontros, que podem abordar os seguintes temas: conceitos básicos relacionados a gênero, o histórico de lutas e conquistas das mulheres no Brasil, a situação da desigualdade de gênero no país e no mundo, micromachismos, estereótipos de gênero, como a migração afeta as mulheres e meninas de formas específicas, estratégias para empoderar mulheres na sala de aula, entre outros.

3. Revisar conjuntamente o material didático que será usado com as refugiadas e migrantes a partir de uma perspectiva de gênero, sem estereótipos de gênero. Para isso, a mulher deve poder se enxergar no material, que deve conter linguagem acessível e exemplos que façam sentido para a sua vida. É importante que os exemplos não reforcem estereótipos de gênero e que tragam histórias que empoderem as mulheres.

ONU Mulheres e SENAC

Em parceria, as duas organizações realizaram, entre 2019 e 2021, uma série de capacitações profissionais com mulheres refugiadas e migrantes. Para isso, a equipe da ONU Mulheres fez uma formação sobre como transversalizar o gênero para instrutoras e instrutores do SENAC.

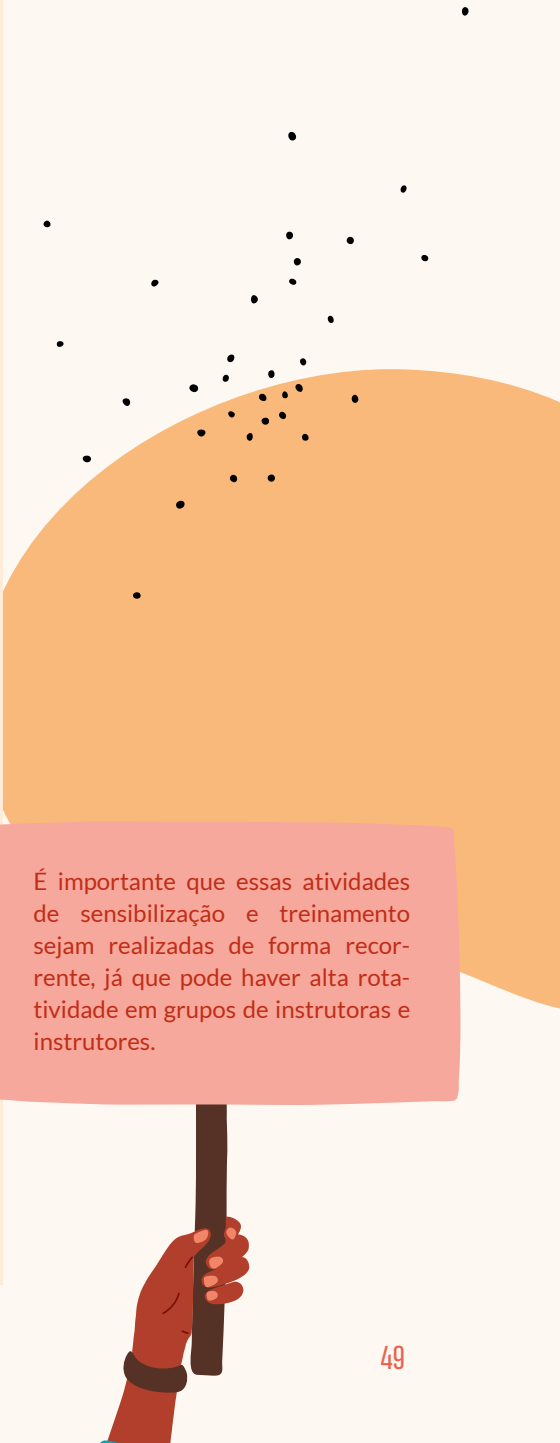
Formação com instrutoras e instrutores do SENAC:

Foram abordados os seguintes temas:

- Gênero x Sexo: introduzindo conceitos básicos; micromachismos e exemplos que reforcem estereótipos de gênero
- Linha do tempo: lutas e conquistas das mulheres no Brasil, com foco em questões relacionadas à educação e mercado de trabalho.
- A situação da desigualdade de gênero no país e no mundo: partilha de dados sobre o acesso de mulheres e homens à educação, às atividades de geração de renda e temas relacionados, como assédio no mercado de trabalho e tempo dedicado às atividades não remuneradas.
- Princípios do trabalho humanitário: como a migração afeta as mulheres;
- Operação acolhida;
- Compartilhamento de técnicas e iniciativas para empoderar as mulheres refugiadas e migrantes na sala de aula.

A ONU Mulheres também fez uma revisão dos materiais didáticos que seriam usados posteriormente com as mulheres migrantes e refugiadas, buscando fazer com que a questão de gênero sempre estivesse presente. Por exemplo:

- A linguagem foi adaptada de forma inclusiva, para que tantos homens quanto mulheres se identificassem;
- Houve o cuidado para não reforçar a ideia de que as mulheres sempre cumprem as tarefas de cuidado;
- Também se evitou que apenas homens fossem citados em profissões como engenharia, medicina etc.



É importante que essas atividades de sensibilização e treinamento sejam realizadas de forma recorrente, já que pode haver alta rotatividade em grupos de instrutoras e instrutores.

Cursos de qualificação profissional e empreendedorismo do SENAC com as migrantes e refugiadas

Os cursos de qualificação profissional e empreendedorismo oferecidos pelo SENAC abarcavam entre 20 e 30 mulheres por turma. Os assuntos foram selecionados a partir de consulta com as mulheres refugiadas e migrantes, por meio de um levantamento de interesses através de questionários aplicados por profissionais treinados; além de um levantamento das vagas de trabalho mais ofertadas para as mulheres refugiadas e migrantes. Alguns exemplos são:

1. Português voltado para o atendimento
2. Qualidade no atendimento ao cliente
3. Marketing pessoal
4. Empreendedorismo voltado para pequenos negócios

Para mulheres empreendedoras, com o suporte de ONU Mulheres, o SENAC desenvolveu uma mentoria para pequenos negócios. Cada participante elaborou um plano de trabalho: todas tinham um empreendimento inicial, ou uma ideia para um empreendimento. Durante a capacitação, receberam também o CBI (sigla em inglês para *Cash Based Intervention*), auxílio financeiro oferecido pela ONU Mulheres, que consistia em:

- um auxílio financeiro por 3 meses;
- um aporte no final do curso para cada uma delas – essa soma deveria ser usada para investir no negócio (matéria-prima, equipamentos etc.) para dar continuidade ao plano de trabalho;

Após três meses de curso, a maioria das mulheres já estavam com os negócios avançados.

Ao final da mentoria, foi realizada uma feira de exposição para apresentar amostras dos produtos e avaliar a experiência.

➔ *O acompanhamento posterior ao final do curso é importante para avaliar se o auxílio por fim foi revertido em um negócio duradouro.*

Para organizar atividades desse tipo, é preciso:

1. Fazer um levantamento inicial para conhecer as necessidades das mulheres que irão participar;
2. Procurar organizações educativas e profissionalizantes que possam ser parceiras;
3. Trabalhar com a organização para *transversalizar* a temática de gênero em seu material;
4. Estruturar um curso: definir objetivos, metodologia, cronograma, horários, organizar as turmas, providenciar materiais (didáticos e escolares) e certificados.

É essencial que os materiais didáticos, como cartilhas e apostilas, sejam adaptados com perspectiva de gênero e de acordo com a realidade local. O material deve trazer o conteúdo abordado em sala de aula em linguagem acessível, para que as participantes possam revisar o que foi aprendido e se aprofundar.

2. Grupos autogeridos de artesanês

A troca de conhecimentos e técnicas é muito positiva para as iniciativas coletivas, tanto para os processos de geração de renda quanto para os vínculos de solidariedade e suporte entre mulheres. No marco do projeto Vamos juntas, da ONU Mulheres, a agência procurou encorajar iniciativas auto-organizadas de mulheres refugiadas e migrantes e da comunidade de acolhida.

O projeto possibilitou o desenvolvimento e fortalecimento de grupos de mulheres moradoras de abrigo e Ocupações Espontâneas para que empreendessem juntas, na produção de produtos artesanais. Os grupos também se tornaram espaços seguros de compartilhamento de conhecimentos e formação para o cooperativismo. Foram locais que permitiram, também, acesso a conhecimentos sobre igualdade de gênero e direitos humanos das mulheres.

✧ Atividade

- Desenvolvimento de grupos de mulheres empreendedoras em espaço de suporte mútuo e empoderamento.

✧ Objetivo

- Propiciar alternativas financeiras por meio do desenvolvimento de habilidades na elaboração de produtos artesanais.
- Organizar formações sobre gestão e cooperativismo, além de compreensão sobre o mercado brasileiro.
- Oferecer ferramentas para incentivar a criação e o fortalecimento de vínculos de solidariedade e a socialização de conhecimentos sobre o empoderamento e direitos humanos das mulheres.

✧ Passo a passo

1. Fazer um levantamento inicial sobre lideranças mulheres que tenham habilidades manuais e conhecimento sobre artesanato.
2. Convidar outras mulheres que tenham interesse nesse tipo de produção e em começar iniciativas econômicas em grupo.
3. Reunir o grupo para as primeiras reuniões de planejamento para identificar os produtos que podem ser produzidos, de acordo com as capacidades do grupo e do mercado local.
4. Fazer um levantamento de temas para treinamentos e cursos que busquem fortalecer o grupo em suas dificuldades. A quantidade de reuniões de planejamento, ou seja, de estruturação inicial do grupo, pode variar dependendo da dinâmica de cada grupo.

O grupo, logo em suas primeiras atividades, deverá criar acordos de convivência, que podem ser revisitados sempre que necessário, como indicamos na página 26.



5. Montar cronograma de encontros de produção do grupo, reuniões de reflexão, cursos e treinamentos.

6. Entre os encontros de produção, promover momentos de reflexão sobre as fraquezas e fortalezas do grupo para, a partir disso, identificar cursos e treinamentos mais adequados. O ponto focal da organização, com o envolvimento das lideranças do grupo, deverá buscar parcerias da comunidade local para a realização dos cursos.

- Exemplos de cursos: gestão financeira, empreendedorismo, economia solidária e cooperativismo, rodas de conversa sobre violência contra a mulher e direitos das pessoas refugiadas e migrantes no país de acolhida.

*Materiais

- Material necessário para a produção de artesanato, escolhido pelas mulheres e **fornecido pela organização**.



As reuniões de reflexão são facilitadas pelo ponto focal da organização e a liderança do grupo. São momentos de revisar o que foi planejado e comparar com o que está sendo feito, identificar dificuldades e soluções, avaliar os cursos e as necessidades de novas formações, repactuar regras do grupo e tomar decisões importantes através de votação.

Os encontros de produção são os momentos em que as mulheres ensinam umas às outras e, juntas, produzem o artesanato que será comercializado. Tendem a acontecer com mais frequência do que os demais encontros

Juntas, mulheres podem ir mais longe!

Nas experiências acompanhadas e apoiadas pela ONU Mulheres, o grupo decidia o que queriam aprender de acordo com os conhecimentos de algumas delas. As próprias mulheres organizavam os cursos sobre como produzir o objeto escolhido – o que foi um interessante exercício de auto-organização e desenvolvimento de autonomia e liderança.

A agência fornecia os materiais, mas organizava para que o momento de compra fosse também de aprendizado: algumas mulheres iam às lojas junto com as representantes da organização para poder adequar os produtos, escolher as cores, substituir e ajustar o que não encontravam. Esse também era um momento para praticar o português e praticar a autonomia, ao precisarem se deslocar pela cidade e se relacionar com a comunidade de acolhida, como comerciantes.

Os produtos feitos pelo grupo eram vendidos por elas mesmas, os lucros eram divididos: uma porcentagem era guardada para a compra de materiais e o restante entregue para as integrantes do grupo. O processo inteiro era autônomo: a confecção, as vendas, a gestão do dinheiro arrecadado.



Aprendizados sobre a escolha dos produtos

As mulheres em um dos abrigos de Boa Vista começaram o projeto aprendendo, com uma residente e líder comunitária, a produzir *piñatas*, porém houve pouco interesse por parte do público brasileiro, por não ser parte da cultura nacional como acontece em outros países da América Latina. Levantaram também a possibilidade de produzirem bolos e doces, mas esbarraram na dificuldade de cozinhar nos abrigos por conta de normas sanitárias, de segurança e de prevenção de incêndios.

Decidiram socializar, então, conhecimento sobre como fazer penteados, tranças e manicure, além de produtos como brincos, peças de crochê, sandálias enfeitadas.



O produto mais destacado e vendido desta experiência foram os vasos de plantas que eram também bonecas pintadas com o rosto de mulheres célebres, como Maria da Penha, Frida Khalo, Angela Davis, entre outras.

No momento da venda, as artesãs também contavam as histórias das mulheres retratadas, praticando português e as habilidades em vendas.

O sucesso do produto fez com que fosse necessário desenvolver ainda uma embalagem própria para que o produto fosse transportado para viagem e para presente, o que incrementou o trabalho do grupo.

O processo foi feito todo de forma autônoma, mas acompanhado pela ONU Mulheres, que deu apoio até o momento em que o grupo conseguiu seguir de forma independente.

A experiência do artesanato indígena

Com o objetivo de propiciar trocas de saberes técnicos sobre a produção de artesanato indígena com miçangas, participantes de diferentes abrigos se encontraram, através do suporte da ONU Mulheres. A atividade teve dois dias de duração e contou com discussões sobre a experiência de migração dessas mulheres. Existe um desafio maior na venda dos produtos artesanais das mulheres indígenas (por exemplo, cestos) por serem trabalhos detalhados e demandarem muito tempo para serem produzidos. Nesse caso, seria mais interessante procurar locais especializados de venda para que possam ser comercializados a um preço justo para elas. Dentro do âmbito do LEAP, o ACNUR possui um projeto com a Casa Museu do Objeto Brasileiro, para o trabalho com artesãs indígenas. Além do fornecimento de materiais, o projeto busca oferecer orientações técnicas sobre as melhores práticas para a produção e venda desse artesanato.

<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>

A experiência das ecobags

Em uma iniciativa acompanhada pelo ACNUR, ONU Mulheres e *Norwegian Refugee Council* (NRC), algumas mulheres tiveram a ideia de produzir sacolas reutilizáveis, *ecobags*, com material reciclado da lona de antigas barracas nas quais viveram assim que chegaram ao Brasil. As *ecobags* traziam importantes mensagens relativas à questão da migração, em frases como: *nadie es ilegal* (ninguém é ilegal), além de desenhos de mulheres refugiadas e migrantes. O produto também vinha como um cartão de apresentação que explicava que aquele produto era feito por migrantes e aquela lona tinha sido a casa daquelas mulheres.



➔ Esse tipo de atividade ganha muito quando promove também o conhecimento e reconhecimento de saberes e experiências locais de produção artesanal, tais como produções de comunidades indígenas e comunidades negras.

3. Curso de confecção de produtos

Para esse tipo de atividade, trazemos dois exemplos de iniciativas realizadas com a Cooperativa de Empreendimentos Solidários (COOFECs), o Costurando Sonhos - apoiado pelo ACNUR - e a versão de coexistência do Vamos Juntas, apoiada pela ONU Mulheres. São exemplos de parcerias que as organizações podem procurar, com cooperativas e pequenas empresas de mulheres, que tenham esse ou outros ofícios. Além do apoio às mulheres refugiadas e migrantes, são iniciativas que também fortalecem organizações locais de base comunitária de mulheres e a integração e convivência pacífica com a comunidade de acolhida.

*Atividade

Aulas práticas de costura e confecção com orientação e acompanhamento direto de instrutoras

*Objetivo

Criar alternativas de geração de renda e emprego para as migrantes e promover a convivência pacífica com a comunidade de acolhida

*Passo a passo

Curso completo que aborde do começo ao fim do processo de produção, para que a participante possa entender como se faz um produto, passando por todas as etapas de produção.

*Materiais

Espaços com mesas e cadeiras; máquinas de costura, máquina de corte, tecidos diversos e aviamentos em geral; organização de transporte das participantes para o local do curso.

Para Maria, representante da cooperativa, a atividade, além de ensinar a parte técnica para as mulheres, também as encorajava a construir uma saída econômica.

Diante da grande dificuldade das participantes em praticar, já que não possuíam máquinas de costura, a cooperativa abriu sua oficina para que elas pudessem usar o equipamento para treinar lá mesmo.

Infelizmente, as participantes ainda esbararam na dificuldade de se deslocar para o espaço, revelando a necessidade das organizações providenciarem esse auxílio também.



O curso oferecido pela COOFECS buscava instruir em técnicas de corte, costura reta, zigzague, duplas, acabamentos, entre outras técnicas de costura.

Durante a pandemia, no projeto Vamos Juntas, a ONU Mulheres apoiou essa cooperativa na produção de equipamentos de proteção individuais (EPIs) usados em hospitais de campanha, junto com refugiadas e migrantes.

4. Auxílio financeiro

O auxílio financeiro é muito importante para as mulheres refugiadas e migrantes, tanto como um apoio inicial para se estabelecerem no Brasil, quanto para necessidades do cotidiano, como compra de alimentos, transporte, itens de higiene, fraldas e outros itens básicos. O auxílio pode contribuir para reduzir a profundidade da pobreza e tem impactos positivos no bem-estar das beneficiárias. É uma ação que possibilita que elas se recuperem mais rapidamente do choque da migração e, ainda, ajuda a estimular a economia local. Várias organizações promovem esse tipo de ação.

*Atividade

Prestação de auxílio financeiro direto para as mulheres refugiadas e migrantes

Ao longo dos anos, nos programas de resposta humanitária, a ONU Mulheres e o ACNUR se organizaram para oferecer quatro modalidades diferentes de auxílio financeiro (CBI):

1. Para mulheres empreendedoras, como foi descrito na página 50, que tinha o objetivo de ajudar as beneficiárias a formalizarem negócios no Brasil, acompanhado de mentoria e criação de um plano de negócios.
2. Para mulheres em processo de interiorização sem oferta de emprego;



3. Para mulheres interiorizadas com vaga de emprego, voltado para cobrir necessidades básicas durante o primeiro mês no novo destino: moradia, mobiliário, alimentação e higiene.
<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio-CBI-VF.pdf>

4. No ano de 2021, para mulheres que tenham sido impactadas pela COVID-19, tanto em questões de saúde quanto econômicas ou de acesso a serviços.

No âmbito desse projeto, os companheiros das mulheres que receberam o auxílio financeiro (CBI, em inglês) também passaram por capacitações sobre igualdade de gênero, como é relatado na página 64.

Liderança e Participação

Alcançar o empoderamento feminino requer ações que promovam a participação e a liderança das mulheres nos processos de tomadas de decisões em todas as esferas da vida. Na resposta humanitária, é primordial criar espaços de participação que garantam que a voz das mulheres seja ouvida e que estimulem o envolvimento nas atividades e processos que resultam em seu próprio benefício e o da comunidade migrante. Uma boa prática nesse sentido são os comitês organizados nos abrigos. As experiências nos abrigos e nas ocupações mostram que a liderança das mulheres é fundamental para a construção de comunidades. Além disso, o Estado, as instituições, as agências e as organizações da sociedade civil estão convidadas a promover atividades, em conjunto com a população migrante, que impulsionem transformações sociais.

Tal como em muitos outros contextos, o trabalho do cuidado recai ainda majoritariamente sobre as mulheres refugiadas e migrantes. Se compartilhado com os companheiros e companheiras (parceiros e parceiras íntimos) e familiares, permite a liberação de tempo para, entre outros, o exercício de participação nos espaços de tomada de decisão. As campanhas educativas a esse respeito são fundamentais para a construção de uma cultura da participação de refugiadas, migrantes e comunidade de acolhida no contexto humanitário. É necessário diminuir a distância entre o tempo e o valor do trabalho reprodutivo, viabilizando, ainda, equipamentos sociais como creches, escolas em tempo integral, restaurantes e lavanderias populares no momento pós-pandemia de Covid-19, para que as mulheres possam dedicar mais tempo à participação política.

A experiência dos comitês nos abrigos serve para estimular a participação política e para assegurar direitos. Os representantes são escolhidos em um processo voluntário e democrático. A experiência mostra que os comitês podem ser divididos em diversas funções, como comitês de segurança, convivência, alimentação, saúde, comitês por grupos, como de pessoas idosas, pessoas com deficiência, educação, dependendo da necessidade e da dinâmica de cada abrigo.

1. Creches auto-organizadas

A creche foi uma iniciativa das próprias mulheres que residiam em um abrigo, que se organizaram no contexto do programa Vamos

Juntas, da ONU Mulheres, para que a presença das crianças não tirasse a atenção das mães ao longo de seu processo formativo. Foram criados espaços de apoio e de cuidado às crianças, com rodízio entre as mulheres, para que não se repetissem as mesmas mulheres como cuidadoras.

Momentos de cuidado compartilhado voltado às crianças são comuns e fazem parte de uma rede de apoio mútuo que é historicamente tecido entre as mulheres. O interessante nessa experiência é que nasceu por iniciativa das próprias mulheres e foi gerida por elas de forma autônoma.

✧ Atividade

Promoção do cuidado com as crianças; cuidado coletivo; suporte mútuo.

✧ Objetivo

Fomentar espaços para possibilitar o rodízio no cuidado com as crianças, sobretudo para auxiliar as mães e cuidadoras que precisam de alternativas para o cuidado das crianças.

✧ Estrutura

Espaço adequado para as crianças e uma ou duas mulheres de cada vez para cuidar delas.

✧ Materiais

Brinquedos, livros, lápis de cor, folhas brancas e materiais coloridos para entreter as crianças.



Na experiência dos espaços de formação do Vamos Juntas, no local de produção de artesanato tinham objetos que podiam machucar as crianças, o que fazia com que precisassem de supervisão constante, limitando o desempenho e concentração das mães e cuidadoras.

A solução encontrada foi a escolha de um “cantinho” dentro do próprio espaço: em alguns momentos em um espaço do refeitório onde a atividade estava sendo feita, ou até mesmo em um container oferecido pelo abrigo. Aos cuidados de uma das participantes do grupo, as crianças se divertiam com brinquedos, papéis e lápis, enquanto as mães e cuidadoras conseguiam ficar com os olhos neles sem se desconcentrar do trabalho, pois estavam por perto.

A experiência demandou também respeito aos tempos das crianças, uma vez que as mães precisavam avaliar quando era possível que elas ficassem na creche e quando não. Outra lição importante foi a importância da organização responsável pela atividade do artesanato, para apoiar na mediação entre as crianças e suas mães, para que pequenos desentendimentos não tomassem proporções inesperadas e interferissem na convivência geral.

2. Rodas pela autonomia das mulheres refugiadas e migrantes em Boa Vista

O ciclo Rodas pela Autonomia foi uma iniciativa que buscou proporcionar reflexões e conhecimentos instrumentais para as mulheres refugiadas e migrantes em abrigos e ocupações. Por meio da criação de “mandalas” coletivas, diversos temas essenciais puderam ser abordados com as mulheres.

*Atividade

Ciclo de rodas de conversa sobre autonomia em suas várias dimensões:

- política e direitos das mulheres;
- autonomia econômica;
- autonomia física, direitos sexuais e reprodutivos;
- enfrentamento à violência.

*Objetivos

Contribuir para a criação de rede de proteção de mulheres refugiadas e migrantes, para sua emancipação a partir da apropriação de conhecimentos sobre direitos, mecanismos e equipamentos sociais de acesso às políticas públicas.

*Metodologia

Ambiente educativo dialógico; estratégias lúdicas e de incentivo à criatividade; constituição de formação coletiva; fortalecimento da sororidade; troca de saberes; incentivo e contribuição na elaboração de ações de multiplicação e de aplicação dos aprendizados.

*Materiais

Cartolinas; papel madeira; pincéis atômicos de cores variadas; barbantes; fita gomada; tarjetas; datashow, caixa de som para músicas selecionadas; mandala.



“A mandala simboliza a circularidade, a horizontalidade e a integridade dialógica “com” e “entre” as mulheres da roda.”



Como fazer uma mandala coletiva

As facilitadoras da roda prepararam uma mandala com antecedência, utilizando tecidos (chitas), TNT coloridos e cola.

- O tecido maior foi cortado em círculo, usando barbante e um lápis para marcar o centro, como se fosse um compasso.
- Mais tecidos foram recortados em círculos de vários tamanhos.
- Os tecidos foram colocados do maior ao menor, formando a mandala.

O tamanho da mandala deve considerar o número de participantes, formando uma roda de mulheres. A mandala foi usada durante toda a oficina, como na apresentação das participantes - por exemplo, elas escreveram seus nomes em papéis coloridos recortados na forma de borboletas e colocaram no centro da mandala, representando sua centralidade nas reflexões.

Nas conversas sobre violência, a mandala foi usada como um lugar de depoimentos, onde se compartilharam dores, em um momento para promover a ajuda mútua.

A mandala foi usada para fazer ciranda, cantar, exercícios de relaxamento, dar um abraço coletivo, entre outras dinâmicas.

O ciclo desse projeto consistiu em quatro rodas de conversa.

Cada encontro abordava uma temática central, e abarcava até 40 participantes de cada vez.

Roda 1 – Autonomia política e direitos das mulheres

Roda 2 - Autonomia econômica

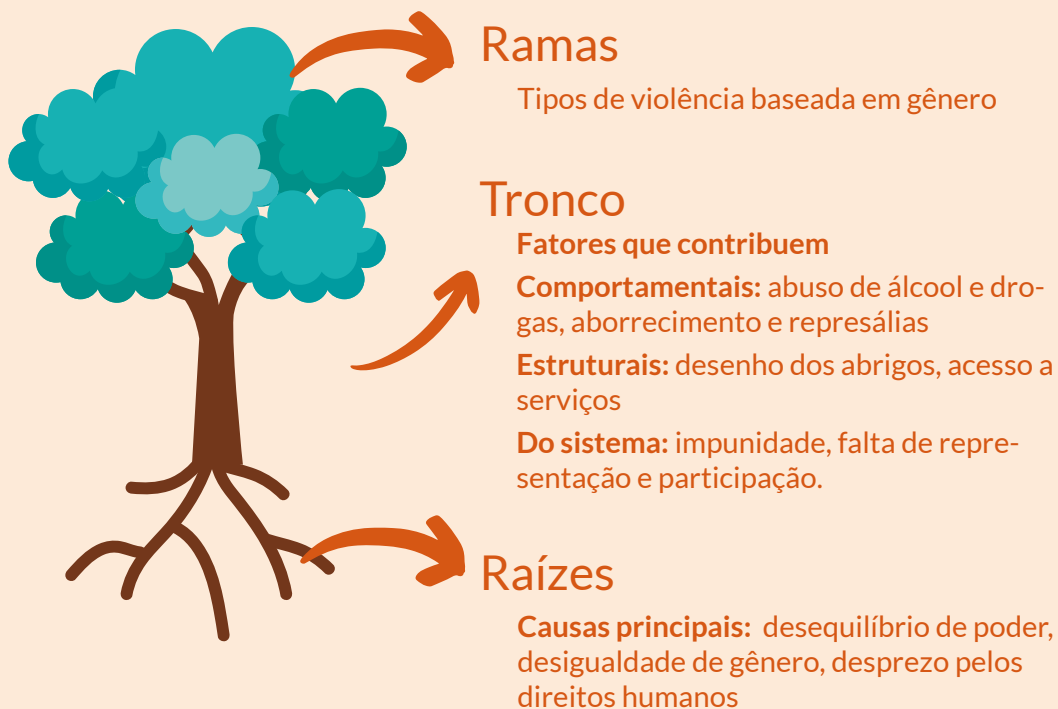
Roda 3 - Autonomia física - Saúde e direitos sexuais e reprodutivos

Roda 4 - Autonomia física das mulheres - Enfrentamento à violência

Na última roda, na qual foi abordada o tema da violência contra as mulheres, suas raízes, causas, cultura, mitos, foi proposta a construção da “Árvore das raízes da violência de gênero”: as mulheres identificaram as raízes da violência: a colonização, a escravização, o racismo, o patriarcado, as desigualdades etc. Também conversaram sobre os fatores que contribuem para isso, os tipos de violência de gênero e as consequências físicas, psicológicas e sociais dela. Em roda, falaram e escreveram em tarjetas as conquistas para uma vida sem violência. As facilitadoras complementaram na forma de

exposição dialogada, fechando a roda com uma reflexão crítica de como enfrentar os mitos sobre a violência e como acessar a rede de serviços de atendimento e enfrentamento à violência.

Árvore de violência baseada em gênero



Para finalizar esse ciclo, as facilitadoras organizaram um passeio pelas trilhas dos saberes compartilhados, possibilitando que as mulheres visitassem cada mandala e cada painel para lembrar e reforçar tudo o que foi cultivado e elaborado coletivamente.

3. Ambiente de criação artística e relaxamento

A atividade Ateliê Elas No Mundo foi um projeto de auto-observação, reconhecimento e reflexão, que buscava também contribuir para a inserção social e convivência pacífica das mulheres refugiadas e migrantes venezuelanas junto à comunidade de acolhida. A partir da expressão artística e de oficinas de movimento, as mulheres participaram de processos reflexivos, momentos de lazer e relaxamento, elaborando ainda processos criativos de contação de histórias de vida.

✧ Atividade

Incentivo às escritas e narrativas autobiográficas de mulheres mesclada com oficinas de corpo e movimento por meio da ioga criativa;

✧ Objetivo

- Facilitar um ambiente propício à criação artística autobiográfica de mulheres e meninas refugiadas e migrantes, e da comunidade local, como forma de promover processos de auto-observação, resiliência, saúde psicofísica, empoderamento e coexistência pacífica.
- Criar um ateliê de artes que funcione como um espaço seguro e criativo para mulheres e meninas.
- Promover saúde a partir de exercícios, práticas criativas e linguagens artísticas.

✧ Estrutura

É necessário um espaço acolhedor, acompanhamento técnico e profissional para as atividades propostas.

✧ Materiais

- Recursos humanos - facilitadoras com conhecimentos técnicos em ioga, relaxamento, teatro, artes, contação de histórias e audiovisual.
- Materiais artísticos diversos como colchonete de ioga, caixa de som, televisão, filmes, textos reflexivos sobre o empoderamento das mulheres, materiais de papelaria a serem decididos junto com as mulheres, a depender do formato como elas queiram contar suas histórias de vida. Exemplos: caderno, caneta, tela branca, tinta, pincéis, retalhos, tecido, agulha, linha, botões, gravador, câmera de vídeo, entre outros.

A ideia da equipe organizadora da atividade era incentivar as mulheres a manterem diários pessoais, como ferramenta de reelaboração e reconstrução de seus mundos. Para isso, foi feita uma programação

para uma série de atividades com tarefas e objetivos, que pode servir para guiar o planejamento de ações do tipo:

1. Montar o ateliê de artes de forma que seja um espaço acolhedor, seguro e que reúna diversos recursos expressivos;
2. Organizar oficinas de introdução ao conceito de narrativas e as diversas linguagens possíveis na construção das histórias, como teatro, dança, texto, artes visuais e audiovisuais;
3. Ministras aulas de yoga e consciência corporal a cada encontro como forma de despertar as imagens do corpo e a potência criativa;
4. Organizar sessões de cinema e leituras de textos que versem sobre o empoderamento das mulheres;
5. Ministras oficinas de escrita criativa, com foco em autobiografias e diário íntimo;
6. Promover oficinas de encadernação para que cada participante crie o seu próprio diário;
7. Oferecer oficinas de técnicas básicas de linguagem audiovisual, com foco em vídeos para a web e podcasts;
8. Promover oficinas para a criação e desenvolvimento dos conteúdos, respeitando a autonomia e singularidade de cada participante;
9. Oferecer workshop sobre as cadeias produtivas do fazer artístico e das possibilidades de geração de renda: pré-produção, produção e pós-produção;
10. Criar peças para a divulgação dos resultados das oficinas com as participantes e apresentar em uma mostra artística;
11. Organizar coletivamente uma mostra artística, aberta ao público, com os produtos originados das oficinas;
12. Incentivar o diálogo das participantes com a comunidade local por meio de uma roda de conversa durante o mês de exposição dos produtos artísticos;
13. Montar e desmontar a exposição artística fruto dos meses de oficinas criativas.

A atividade Ateliê Elas No Mundo consistiu em 4 meses, divididos em 3 etapas - Descobertas, Criações e Revelação:

Cada etapa buscou ser também uma parte do próprio processo artístico (pré-produção, produção e pós-produção), buscando aproximar a cadeia produtiva da arte como uma alternativa de geração de renda.

- **Descoberta:** Consiste em: dinâmicas de integração, reconhecimento do espaço e do grupo, e **desenvolvimento da confiança coletiva**. Exploração de possibilidades de linguagens e técnicas artísticas para a contação das histórias de vida. Descobertas de caminhos dentro de si para serem percorridos para contar uma história e a elaboração do que se quer contar. Etapa importante para o grupo decidir o que construir enquanto unidade coletiva.
- **Criações:** Aprofundamento e **desenvolvimento das narrativas a partir da linguagem** com as quais as mulheres se identificam. Estabelecimento de condições para a criação, materialização das ideias e desenvolvimento dos objetos artísticos, com momentos alternados de criação individual e coletiva, a partir dos conhecimentos técnicos das facilitadoras.
- **Revelação:** Revelação ao público do **universo particular das mulheres e meninas** que participam: o que elas decidem contar sobre suas experiências de vida e sentimentos reelaborados por meio da arte. Organizar coletivamente uma mostra com os resultados das oficinas.

Para finalizar, foi organizada uma exposição de um mês na Intendência da Orla, espaço da Prefeitura de Boa Vista, para mostrar os trabalhos que contavam, em diferentes expressões artísticas, as histórias de vida das mulheres.

“A prática artística, inserida enquanto ação no cotidiano destas mulheres e meninas, torna-se uma saída para expressar suas próprias emoções, possibilitando uma elaboração, por meio do sensível, de sua experiência do individual e do coletivo. Mais do que um processo de auto-observação, a arte passa a ser uma possibilidade de reinvenção, de abertura de novos caminhos e de geração de sentidos de vida.”

Ateliê Elas no Mundo



4. Conversa com homens do círculo próximo e/ou familiar

Como explicado na página 16, uma possibilidade para o empoderamento das mulheres é assumir um protagonismo que não existia antes como provedora financeira da família, seja por receber auxílio financeiro, seja por obter um emprego fixo, ou por criar um empreendimento bem-sucedido. Quando ocorre isso, podem aparecer conflitos entre um casal ou no interior do grupo familiar. Como forma de evitar que esses conflitos se revertam em situações de violência de gênero, a ONU Mulheres formulou um ciclo de seis encontros para trabalhar essa questão com a família, sobretudo com os maridos, companheiros ou namorados, dentro do âmbito do programa de auxílio financeiro para as mulheres, na página 55.

*Atividade

Promoção da independência financeira das mulheres com a participação das famílias

*Objetivo

Trabalhar a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a prevenção da violência baseada no gênero nos casos em que as mulheres se tornam provedoras familiares

*Estrutura

Série de encontros, divididos em momentos exclusivos para os homens e outros espaços mistos - com homens e mulheres.

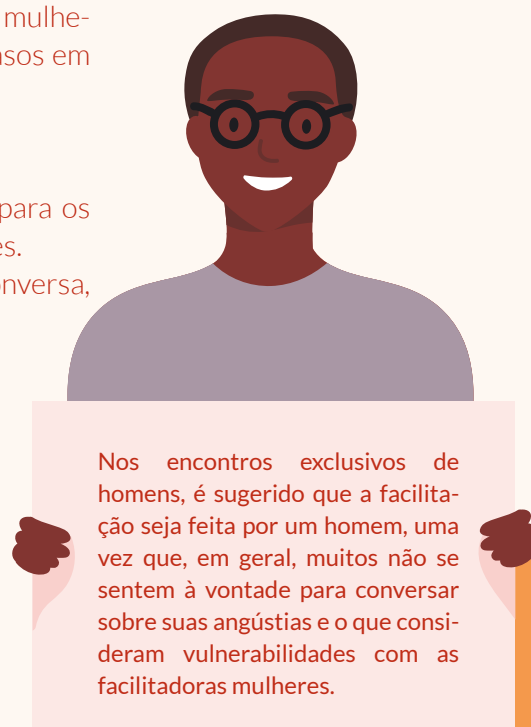
Os encontros são realizados no formato de roda de conversa, com momentos de troca.

*Materiais

Cartolina, pincel atômico, post-its

Ao oferecer o auxílio econômico para refugiadas e migrantes, a ONU Mulheres também construiu uma metodologia para trabalhar alguns temas com os familiares, maridos, companheiros e namorados dessas mulheres, para promover a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e reduzir a possibilidade de conflitos domésticos e familiares.

A iniciativa foi organizada em seis encontros, divididos em momentos exclusivos para os homens e outros espaços mistos – com homens e mulheres. Nos intervalos entre os encontros também foram sugeridas algumas atividades reflexivas para serem conversadas no encontro seguinte.



Nos encontros exclusivos de homens, é sugerido que a facilitação seja feita por um homem, uma vez que, em geral, muitos não se sentem à vontade para conversar sobre suas angústias e o que consideram vulnerabilidades com as facilitadoras mulheres.



Perguntas norteadoras para os encontros:

- Quais são as maiores diferenças entre as maneiras com que se espera que homens e mulheres se comportem?
- Como essas diferenças afetam a sua vida diária?
- Qual a diferença de ser homem/mulher agora e no tempo dos seus pais?
- Como essas diferenças afetam a forma com que você lida com seus negócios, faz suas decisões ou gasta seu dinheiro?
- Como ser homem ou mulher afeta nas atividades do auxílio financeiro?
- Por que as atividades de auxílio financeiro costumam ser focadas em mulheres?
- O que vocês gostariam de mudar? Por quê?

✦ Encontro 1

Conceitos básicos: sexo, gênero, empoderamento e igualdade de gênero;

Exercício a ser realizado entre os encontros: Pensar como os homens podem contribuir para o empoderamento econômico das mulheres.

✦ Encontro 2

O papel do homem no processo de empoderamento econômico das mulheres;

Exercício a ser realizado entre os encontros: Pede-se aos homens que identifiquem atividades que eles fazem dentro ou fora da casa que a cultura tradicionalmente espera que seja de mulheres

✦ Encontro 3

Dividindo responsabilidades e se apoiando mutuamente;

Retomar o exercício do dia anterior

Exercício: O dia de 24 horas. Pensar todas as tarefas que os homens costumam fazer durante um dia inteiro e as tarefas que recaem majoritariamente sobre as mulheres nessas mesmas 24 horas.

✦ Encontro 4

Saúde sexual e reprodutiva; (APENAS HOMENS)

✦ Encontro 5

Violência de gênero e as leis brasileiras; (APENAS HOMENS)

✦ Encontro 6

Reflexão final e encerramento com o exercício “Vamos falar sobre poder”, descrito na página a seguir.

Passo a passo para o exercício “Vamos falar sobre Poder”

a) Os facilitadores e as facilitadoras colocam duas cartolinas, uma escrito “Homem” e outra escrito “Mulher”. Ambas são divididas em: sexo, criança, cuidado com as crianças, dinheiro, terra e tempo livre.

b) Pede-se que os participantes reflitam sobre a seguinte questão:

- Onde você tem poder?
- Os homens devem usar posts-its de uma cor e as mulheres de outra.
- Todas e todos devem pensar sobre aquelas áreas em suas vidas onde possuem poder ou palavra final.

c) Depois que todos os post-its são utilizados, o grupo reflete sobre os resultados.

- Em cada área, onde estão a maior parte dos resultados?
- Quem tem mais poder em cada categoria?

Encoraje os/as participantes a responderem:

- Quais são as áreas dominadas pelos homens? Quais são as dominadas pelas mulheres? Por quê?
- Você pode citar exemplos de problemas familiares que podem ser causados pela maneira como a relação de poder acontece?
- Como o poder está relacionado ao controle de bens?
- Você tem alguma ideia sobre como mudar a desigualdade de poder?
- Como seria abrir mão do poder?

Após essa discussão, perguntar:

- Quem acredita em mudanças?

d) Dividir as e os participantes em dois grupos: um com pessoas que acreditam em poder igual entre homens e mulheres e outro com pessoas que não acreditam.

O facilitador ou a facilitadora dá ao grupo das pessoas que acreditam em poder igual entre homens e mulheres três minutos para convencer as e os demais.

Depois dos três minutos, a facilitadora ou o facilitador abre para a discussão (mesmo que esteja muito intensa)

e) A facilitadora ou o facilitador segue a discussão através das seguintes perguntas:

- Para os homens: O que significa poder para você como um homem?
- Há diferença entre ter poder sendo um homem e ter poder sendo uma mulher?
- Há diferença na forma com que homens e mulheres usam o poder?
- Como se sente ao ter poder e ao não ter poder? (por exemplo, quando sua companheira tem poder em determinada situação ou quando seu companheiro tem)
- Como sente ao perder o poder?
- Em que situação você sentiu que perdeu o poder?
- Para os homens: Ao olhar para os post-it, quais oportunidades de dividir o poder com sua companheira você identifica?
- Para os homens: Quais são os benefícios de compartilhar o poder com sua companheira?

f) A facilitadora ou o facilitador pede que os homens pensem no seu próprio poder quando comparado com outros homens e pergunta:

- Como você vê seu poder quando comparado com outros homens no seu contexto?
- Como homens têm poder sobre você?
- Como você se sente com isso?

Os participantes são instigados a responder:

- Como se sentiu pensando em tais questões?
- Isso provoca reflexão com relação ao seu comportamento?
- Você se vê em algum estereótipo?

Essa atividade está dirigida de forma específica para casais heterossexuais. No entanto, existe suficiente evidência de que em casais homossexuais, famílias simultâneas ou outras conformações familiares não convencionais o exercício do poder no âmbito doméstico está ligado, na maioria das vezes, à questão econômica e ao papel de prover os recursos materiais.

Para finalizar, proponha uma conversa baseada nas perguntas: “o que é o poder e para que serve?” As reflexões devem ser orientadas para a relação de poder com a capacidade de decidir, e sobre como as decisões são mais benéficas quando feitas em conjunto. É interessante dar exemplos de como exercer poder dentro do lar pode ser um processo fluido e compartilhado.

5. Facilitadoras de diálogo

Um mapeamento inicial com mulheres e meninas nos abrigos identificou o interesse em diminuir as brigas frequentes e desentendimentos motivados por questões pequenas e problemas de convivência diária. Esse projeto foi realizado pela ONU Mulheres em parceria com a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPE/RR).

*Atividade

Criação de espaços de diálogos para uma melhor convivência em espaços de alta densidade demográfica, como abrigos e ocupações espontâneas, e também com a comunidade de acolhida.

*Objetivo

Facilitar técnicas de mediação de conflitos e de pessoas para as refugiadas, migrantes e comunidade de acolhida; fomentar uma cultura de paz; introduzir a ideia de mediação com foco em diálogos construtivos.

*Estrutura

Dois encontros para debater o assunto.

*Materiais

Cartolina, papel-madeira, pincéis atômicos coloridos, barbantes, fita, tarjetas.

Recursos humanos – facilitadoras com conhecimentos em mediação de conflitos.

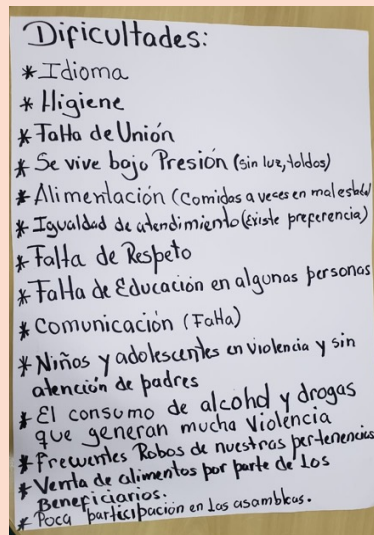
O cronograma foi organizado a partir de algumas temáticas e atividades, sempre relacionando os conteúdos com a ideia de mediação de pessoas. Os recursos utilizados para facilitar os temas abordados foram rodas de conversa, divisão em grupos pequenos, dinâmicas sobre competição e cooperação, vídeos, criação de histórias coletivas e músicas.

Foram abordados os seguintes assuntos:

- Conceito de conflito, tipos de conflito e como eles se manifestam;
- O que é mediação de conflitos e formas consensuais de mediação de conflito;
- Informações sobre como acessar serviços gratuitos de mediação (mapear a rede local com antecedência);
- Situações em que a mediação não cabe (casos de violência);
- Cultura de Paz.

*Encontro 1

- Pessoas e identidade: necessidades, pertencer e relacionamentos, reconhecimento e falta de reconhecimento;
- Como os conflitos permeiam a vida de mulheres no geral e em especial durante o fluxo de deslocamento forçado;
- Comunicação: Emissor e Receptor.



Dificultades:

- * Idioma
- * Higiene
- * Falta de Unión
- * Se vive bajo Presión (sin luz, taldos)
- * Alimentación (comidas a veces en malestado)
- * Igualdad de atendimento (existe preferencia)
- * Falta de Respeto
- * Falta de Educación en algunas personas
- * Comunicación (Falta)
- * Niños y adolescentes en violencia y sin atención de padres
- * El consumo de alcohol y drogas que generan mucha Violencia
- * Frecuentes Robos de nuestras pertenencias
- * Venta de alimentos por parte de los Beneficiarios.
- * Poca participación en las asambleas.

Encontro 2:

- Emoções: Uso de placas com *emojis* para exemplificar;
- Cooperação e sororidade;
- A postura mediadora no cotidiano: construção dos casos do cotidiano

A atividade pode ser adaptada para momentos de chegada de novos grupos aos locais de moradia, para repactuar as normas de convivência e para incentivar a integração.

TEMA: *Como é a convivência de vocês no dia a dia?*
Quais são as dificuldades de convivência que estão enfrentando?



Perguntas norteadoras para os encontros:

- Em que ordem as dificuldades devem ser atendidas?
- O que estão fazendo para gerenciar estas dificuldades?
- Como este trabalho pode contribuir para auxiliar no enfrentamento destas dificuldades?
- Quais são os mecanismos comunitários que podem te ajudar a solucionar estas dificuldades?
- O que pensam que podem levar de positivo deste grupo?
- O que desejariam levar?
- De que maneira pensam que nós poderíamos atender estas necessidades?

6. Ciudad Portunhol

O INESC, em parceria com o UNFPA, organizou uma atividade para que as refugiadas e migrantes pudessem pensar sobre Roraima e sobre o espaço e território em que haviam chegado. Sob o mote “O que queremos para o lugar onde vivemos?”, a proposta era pensar como a participação popular tem um papel essencial para criar uma cidade mais inclusiva.

Atividade

Oficina sobre o espaço urbano e participação popular, com as refugiadas e migrantes, e com lideranças locais da comunidade de acolhida.



Essa atividade foi adaptada de um ciclo de formações mais extenso, chamado Políticas Públicas de Roraima, Ciclo Orçamentário e Participação Popular.

Objetivo

Discutir sobre a cidade de Roraima antes e depois do fluxo migratório atual e imaginar uma cidade mais inclusiva por meio da participação popular em políticas públicas.

Estrutura

Um encontro com três momentos:

1. Conversar sobre os desejos e demandas urbanas das refugiadas e migrantes
2. Pensar nas narrativas sobre migração: Roraima antes e depois de 2018
3. Síntese e reflexão final com todas as participantes sobre direitos e políticas públicas

Materiais

Tecido, matérias de jornal, cartolina, canetões, retalhos de tecido e outros materiais para colagem

Os três momentos da oficina:

1. Foi feita uma conversa sobre os desejos e demandas urbanas das refugiadas e migrantes:

- Como seria sua cidade ideal?
- Qual é a importância dos sonhos e desejos para nos movimentarmos politicamente?
- Onde queremos chegar?
- Como manter nossos sonhos, batalhar coletivamente por eles e não seguir apenas a agenda que não nos contempla?

2. Todas pensaram, coletivamente, nas narrativas sobre migração: Roraima antes e depois de 2018.

Para facilitar a discussão sobre as mudanças em Roraima depois do aumento do fluxo migratório, foram usadas manchetes e matérias de jornal que retratavam discursos corriqueiros sobre a situação.

Há inúmeras matérias tendenciosas, dados falsos sobre a quantidade e qualificação das e dos migrantes venezuelanos; diferença de tratamento dos trabalhadores e das trabalhadoras formais brasileiros e brasileiras e dos e das migrantes; como eram as políticas públicas de Roraima antes, histórias de corrupção e desvio de verbas de hospitais.

Esse material foi usado para pensar como existe um discurso de responsabilização dos e das migrantes quanto aos problemas de Roraima, e de como os discursos xenofóbicos foram acionados, atribuindo aos e às migrantes a culpa de velhos problemas estruturais do estado.

Antes da discussão, foi realizada a dinâmica do balão, descrita na página 24, para refletir sobre como os direitos são tratados, como se fosse uma competição e alguém tivesse que perder para que outros pudessem ganhar. A tônica era refletir sobre “e se pensássemos o contrário?”.

3. Síntese e reflexão final com todas as participantes sobre direitos e políticas públicas

A reflexão final passou pela importância de combater o discurso xenofóbico, que atribui aos migrantes a culpa de velhos problemas estruturais de Roraima. Para pensar no aspecto estrutural desses problemas, a partir da lente das políticas públicas, foi feita uma conversa sobre os direitos garantidos na Constituição Federal, e sobre como esses direitos foram conquistados por meio da participação e organização popular. A conversa envolveu a distância entre o que está garantido no papel e o que é vivido na vida cotidiana. Para diminuir essa distância, foi explicado como funcionam as políticas públicas e o orçamento público, que podem ser modificados pela organização e a participação popular.

A atividade pode refletir também sobre os benefícios da migração em diferentes momentos históricos e lugares do mundo, trazendo os benefícios da migração no local onde a atividade esteja sendo implementada.



Há estudos que mostram que a vinda de refugiados e migrantes é positiva para o estado. Essas informações podem ser usadas como exemplo para combater os discursos xenofóbicos e desinformados sobre a questão da migração:

https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf

Mulheres refugiadas e migrantes reforçam presença feminina no setor de tecnologia da informação:

<https://brazil.iom.int/news/mulheres-refugiadas-e-migrantes-refor%C3%A7am-presen%C3%A7a-feminina-no-setor-de-tecnologia-da-informa%C3%A7%C3%A3o>

Entre as coisas fundamentais nas cidades dos sonhos das participantes estavam:

- Hospitais, postos e saúde pública;
- Educação pública de qualidade e gratuita;
- Direito à igualdade, segurança e emprego;
- Transporte público de qualidade;
- Saber que sua crença sempre será respeitada;
- Meio ambiente respeitado e valorizado;
- Diversidade de gênero;
- Moradia;
- Sol que brilha para todas e todos;
- Trabalho;
- “Não ao racismo: caminhemos juntas!”;
- Constituição Federal, direitos de todas e todos;
- “Todos somos migrantes”;
- “Fé, amor, empatia, esforço”;
- Comunicação;
- “Ciudad Portunhol”.





Para saber mais:

A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: Evidências e subsídios para políticas públicas

https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf

Animações no YouTube da ONU Mulheres:

https://www.youtube.com/watch?v=6RSc_XYezig

<https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc>

Cartilha “A construção de uma sociedade não-violenta: Uma questão de gênero (português e espanhol)

<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/cartilha-construcao-de-uma-sociedade-nao-violenta-uma-questao-de-genero>

Cartilha “Lésbicas, gay, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo no contexto migratório (português e espanhol)

<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/cartilha-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-transexuais-e-intersexo-no-contexto>

Cartilha “Saúde Sexual e Infecções Sexualmente Transmissíveis

https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/unfpa_cartilha_ists_web_pt.pdf

Diretrizes de como incorporar gênero na resposta à COVID-19:

https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf



Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da Covid-19

https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf

Entenda a Lei Maria da Penha (português e espanhol)

https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/unfpa_cartilha_lmp_web_pt.pdf

Fluxo de encaminhamentos durante a pandemia de Covid-19

https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/06/fluxo_2020.pdf

Igualdade de gênero, combate à violência baseada em gênero (violência de gênero) e prevenção, proteção e resposta ao Coronavírus (COVID-19)

<https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/gbv.pdf>

Interiorização e integração no destino: rede de serviços e parcerias do ACNUR

https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/03/Int_Rede_Servicos_Parcerias_fev_vf.pdf

Planejamento reprodutivo, gravidez e lactação

https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/unfpa_planejamento_reprodutivo_gravidez_e_lactacao_web_pt.pdf



Caixa de ferramentas

Trabalhando com mulheres refugiadas e migrantes

Créditos

Elaboração e sistematização:

Elisa Rosas Mendes
Consultora em educação popular

Pesquisa:

Andrea Vasconcelos
Coordenadora Local

Elisa Rosas Mendes
Consultora em educação popular

Cleo Manhas
Assessora Política - Inesc

Leila Saraiva
Assessora Política - Inesc

Revisão final:

Andrea Vasconcelos
Coordenadora Local

Cleo Manhas
Assessora Política - Inesc

Erika Hurtado Gonzalez
Consultoria Nacional em Mobilização para o Empoderamento
de Mulheres Refugiadas e Migrantes – ONU Mulheres

Flávia Moura Rocha Parente Muniz
Gerente de Projetos em Ação Humanitária – ONU Mulheres

Leila Saraiva
Assessora Política - Inesc

Patricia Ludmila
Coordenadora de Violência Baseada no Gênero – UNFPA

Tamara Jurberg
Gerente de Projetos em Ação Humanitária – ONU Mulheres

Revisão política:

Representantes da sociedade civil:

Ana Graciela Bossle
Mi Sordo

Barbara Gil
Visão Mundial

Beatriz Level
IMDH

Fredcarne Tima
AVSI

Julia Petek De Figueiredo
AVSI

Luís Guilherme
Fraternidade sem Fronteiras

Luyandria Maia
IMDH

Maria Aparecida Silva de Sousa
Numur

Mariana Reis
IMDH

Melina Carlota Pereira
Coletivo Ilera

Nelita Frank
Numur

Sabrina Selly Scheffer Duarte
Fraternidade Sem Fronteiras

Tanner Novaes De Menezes

Viviane D'Almeida
AVSI

Yoslin Rodilio Gomez Galdamez
SJMR

Mulheres refugiadas e migrantes:

Berenice Haití Ozbarrio

Haidee Oliveros

Jean Nuacelis

Leidys Mariana Urbina Aguilera

Lilia Rivera

Mirda Josefina Rodriguez ponce

Yidri Torrealba

Yohatzi Pazos

Yosmery López

Yuliska Bautista

Tradução para o espanhol:

Erika Hurtado Gonzalez

Diagramação e projeto gráfico:

Sofia Ruiz Zapata

Realização e Fotos:

Instituto de Estudos Sócioeconômicos
Inesc

Apoio:

Programa Conjunto LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil

Governo do Grão-Ducado de Luxemburgo

ACNUR

ONU Mulheres

UNFPA

Realização:



Apoio:

Programa Conjunto LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção
para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil

